

EDITORIAL

O Curso de Economia da FAE Centro Universitário disponibiliza a primeira edição de 2016 da revista eletrônica *Vitrine da Conjuntura*, referente ao mês de março. Este número do periódico traz quatro artigos, avaliando o ambiente econômico global e brasileiro, além das seções permanentes do Panorama Econômico e dos Indicadores.

No primeiro texto, é realizada uma qualificação dos determinantes da crise econômica brasileira, minimizando o peso imputado à desaceleração da produção e do comércio, em escala mundial. Na segunda incursão, são descritos os elementos explicativos da retirada do grau de investimento do Brasil, pelas agências internacionais de rating.

A terceira reflexão organiza os aspectos subjacentes ao ambiente recessivo, imposto à economia brasileira também para o exercício de 2016. Por fim, a quarta abordagem interpreta os complexos elementos decisórios que resultaram na liquidação extra-judicial do BADEP, há vinte e cinco anos.

Excelente leitura

Gilmar Mendes Lourenço
Editor

EQUIPE TÉCNICA



Carlos Ilton Cleto

Economista, doutor em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina e professor da FAE.



Gilmar Mendes Lourenço

Economista, mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina, professor da FAE, eleito “O Economista Paranaense Acadêmico do Ano de 2011”, pelo Corecon/PR, e vencedor do Prêmio “Imprensa”, em 2011, 2012, 2013 e 2014, na categoria gestor de empresa pública, oferecidos pelo grupo Quality TV & Jornais.



Gustavo Nunes Mourão

Economista, mestre em Teoria Econômica pela Universidade Estadual de Maringá e professor da FAE.

CRISE *MADE IN BRAZIL*: A CULPA É DOS OUTROS

Gilmar Mendes Lourenço

De maneira surpreendente, o presidente do Banco Central (BC) do Brasil, praticamente antecipou, na véspera da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), realizada em vinte de janeiro de 2016, a decisão de que não haveria elevação da taxa de juros Selic, contrariando, rigorosamente, todas as mensagens transmitidas ao mercado anteriormente.

A motivação para a alteração de postura da autoridade monetária repousaria na necessidade de incorporação, no conjunto de dados e informações em apreciação, das variáveis descritivas do agravamento das perturbações de ordem externa, sintetizadas na revisão das projeções de desempenho da economia mundial, feita pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

Por certo, parece absolutamente correta a interpretação acerca da ineficácia da estratégia de majoração dos juros para a reversão das expectativas inflacionárias no Brasil, devido ao aguçamento da recessão, em um ambiente de correção de preços administrados, represados politicamente durante alguns anos, depreciação cambial e poucos esforços na direção da recuperação do equilíbrio fiscal, por parte do governo federal.

Logo, ao reconhecer a sua impotência em combater o monstro inflacionário sozinho e a premência em abrandar a situação cadente da atividade econômica, o BC até poderia optar pela deflagração de um curso de diminuição dos juros e passar a partilhar, ou mesmo transferir, a responsabilidade antiinflacionária com a política fiscal, até aqui ausente das empreitadas dirigidas à restauração dos fundamentos da estabilização.

Para tanto, o BC deveria, gradativamente, sinalizar a intenção de adotar esse tipo de conduta para coordenar a reordenação das expectativas dos agentes. Em não fazendo isso, demonstrou, cabalmente, o abandono dos mecanismos técnicos implícitos nas escolhas e a submissão aos interesses políticos rasteiros prevaletentes no Palácio do Planalto, centrados na prioridade de salvar a presidente Dilma do impeachment.

Aliás, os incentivos monetários anunciados no convescote do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), em 28 de janeiro, ao lado dos pedidos de apoio à aprovação da recriação da CPMF e das desvinculações das receitas da união (DRU), junto ao Congresso, e da insinuação de uso de parte das reservas internacionais para bancar projetos em infraestrutura, estão em perfeita sintonia com aqueles tropeços e equívocos.

*As previsões do FMI
para o Brasil
simplesmente
confirmam as
projeções revistas e
atualizadas
semanalmente pela
pesquisa Focus do
Banco Central.*

Não bastasse isso, convém entender que, ao rever as previsões do comportamento da economia global, o FMI simplesmente confirmou, no caso do Brasil, a intensificação da retração do produto interno bruto (PIB), esboçada nos prognósticos médios traduzidos pela pesquisa Focus, do próprio BC, baseada na consulta semanal a mais de cem atores financeiros.

Nessa linha, a nova fisionomia da instabilidade mundial reproduziria a combinação entre fortalecimento do dólar, fruto da moderada subida dos juros nos Estados Unidos (EUA), forte desaceleração do crescimento chinês, para desmontar a bomba acionária derivada da pronunciada impulsão do crédito bancário, desde a eclosão da turbulência planetária de 2008, e queda das cotações do petróleo.

O declínio dos preços do óleo estaria amparado na acumulação de estoques, por conta da menor expansão da demanda, da maior oferta americana oriunda da exploração das reservas de xisto, da eliminação dos embargos comerciais ao Irã e da ampliação da produção do Iraque e, principalmente, da Arábia Saudita, com custos médios bastante inferiores aos registrados em outros países.

Alguns analistas sugerem que a revalorização do dólar, o brando ajuste dos juros nos EUA, a contenção do supercrescimento da economia da China e a retração do mercado de petróleo, e das demais matérias primas, representariam a restauração dos pilares de uma crise global.

Mas, apenas para levantar uma hipótese explicativa alternativa, tais eventos poderiam exprimir o realinhamento dos preços relativos, em sintonia com a lenta, porém generalizada, reativação das transações e da produção, em âmbito mundial, puxada pela continuada reação dos EUA, a superação da recessão no continente europeu, os juros negativos no Japão e a desaceleração dos emergentes.

Se, taxas de variação do PIB global superiores a 3% ao ano, entre 2013 e 2017, segundo cálculos do FMI, enfeixam uma crise, o que dizer da contração acumulada de quase 10% do agregado brasileiro, no intervalo de tempo compreendido entre abril de 2014 e dezembro de 2016? Trata-se da mais profunda e longa retração econômica da história da república nacional, fruto de descabros de natureza macro e disfunções políticas e institucionais *made in Brazil*, mal compreendidos pelos entes que ocupam os espaços do executivo e legislativo em Brasília.

BRASIL: A CONSTRUÇÃO DA PERDA DO GRAU DE INVESTIMENTO

Gilmar Mendes Lourenço

Em 30 de abril de 2008, a agência internacional de classificação de risco Standard & Poor's, concedia ao Brasil o selo de grau de investimento da dívida soberana, como uma espécie de prêmio à condução conservadora da política econômica, na direção da consolidação dos fundamentos fiscais da estabilização. Na mesma balada, em maio de 2008 e setembro de 2009, as entidades Fitch e Moody's, respectivamente, conferiam semelhante comenda ao País.

Naquela época, a nação contabilizava déficit público nominal (incluindo o pagamento dos encargos incidentes sobre a dívida líquida do setor público) equivalente a -2% do produto interno bruto (PIB), superávit primário de quase 4% do PIB, passivo governamental bruto de 56,0% do PIB e saldos comerciais anuais próximos de US\$ 30,0 bilhões.

Essencialmente, a nação tirava proveito da maturação de um conjunto de mudanças institucionais, plantado na década de 1990, especialmente durante os mandatos dos presidentes Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso; da continuidade das estratégias macroeconômicas ortodoxas, por parte da administração Lula, herdadas de seu antecessor; e do bônus externo, representado pelo maior ciclo de expansão da economia mundial desde a segunda guerra, capitaneado pela China e impulsionando as cotações das commodities minerais, metálicas e alimentares.

Igualmente relevante foi o fortalecimento do mercado interno brasileiro, principalmente a partir de 2005, quando, para esconder os arranhões políticos provocados pelo Mensalão, o governo instituiu o crédito consignado e a política de valorização do salário mínimo que, ao lado da ampliação da abrangência dos programas oficiais de transferência de renda, oportunizaram a multiplicação da formalização do mercado de trabalho.

Com o grau de investimento, as organizações públicas e privadas atuantes no País passaram a ter acesso a aportes de financiamento de linhas externas mais nobres e baratas, que correspondem a cerca de ¾ dos haveres para empréstimos no planeta. Ao mesmo, desapareceram as amarras estatutárias que impediam a captação de recursos de fundos institucionais atuantes em escala global.

Contudo, a partir da eclosão da crise financeira mundial, no segundo semestre de 2008, e, mais especificamente, da reação ofensiva à sua penetração no ambiente doméstico, o governo brasileiro foi, de maneira gradativa, meticulosa, incompetente e irresponsável, preparando o terreno para a perda daquela honraria ou vantagem competitiva, em clima de acirramento da concorrência por capitais no mercado mundial.

Mais precisamente, as autoridades palacianas acionaram e preservaram, mesmo depois da superação da instabilidade, um arsenal de instrumentos anticíclicos, priorizando a desenfreada elevação do consumo (público e privado) em detrimento do investimento em ampliação e modernização da capacidade produtiva das firmas e recuperação da competitividade da infraestrutura.

Com suporte irrestrito dos bancos públicos e do orçamento da União promoveu-se uma autêntica farrá, como se o Estado fosse desprovido de limites financeiros.

Com suporte irrestrito dos bancos públicos e do orçamento da União promoveu-se uma autêntica farrá de crédito subsidiado, de renúncias de impostos e de indisciplina fiscal, como se o Estado fosse desprovido de limites financeiros e dispensado da necessária transparência no emprego dos recursos retirados dos demais agentes sociais pela via tributária.

Não bastasse esse pecado, o afloramento do intervencionismo populista em variáveis consideradas estratégicas para o combate à inflação, como câmbio e preços administrados (tarifas públicas e combustíveis), desarranjou a microeconomia e afetou negativamente o desempenho da indústria, prejudicada notadamente pela concorrência exercida pelos importados, das exportações e dos segmentos elétrico e petrolífero, este último servindo inclusive de plataforma para os equívocos sentimentalistas do pré-sal e os desvios de enormes quantias

de recursos para a cobertura dos requerimentos eleitorais dos “pais” do modelo em vigor.

A bomba relógio de efeito retardado estourou em 2015 quando, uma vez vencidas as eleições, amparado em propostas de cumprimento impossível, o executivo, em segundo (ou quarto) mandato, percebeu estar absolutamente perdido, e ativou medidas confusas e contraditórias destinadas à viabilização do regresso do equilíbrio das finanças e da retomada do crescimento, em um contexto de erosão de credibilidade, intensificação da recessão, iniciada no segundo trimestre de 2014, e descontrole inflacionário.

Ao tentar curar “ferida braba” com o simples uso de esparadrapos, o governo produziu farta munição para os disparos desferidos pelas agências de classificação. Com déficit primário e nominal de -1,7% e -10,8% do PIB, respectivamente, e passivo bruto de 67% do PIB, devendo chegar a 80% do PIB, em menos de três anos, o Brasil foi retirado da segunda divisão do crédito externo e acomodado na terceira, por enquanto.

As decisões de rebaixamento à condição de risco de calote da dívida, tomadas pela Standard & Poor’s, em julho de 2015, Fitch, em dezembro de 2015, e Moody’s, em fevereiro de 2016, apenas confirmam a péssima imagem do País junto ao mercado financeiro internacional.

O CONTRATO RECESSIVO BRASILEIRO PARA 2016

Gilmar Mendes Lourenço

Enquanto o governo Dilma vem realizando um enorme esforço, junto ao Congresso Nacional, para obstaculizar a instauração do processo de impeachment, a economia brasileira começa a contabilizar as notícias dos dados ruins da safra 2016, emanadas de atitudes, diagnósticos e projeções efetuadas por entidades oficiais e do mercado.

De acordo com o índice de atividade econômica do Banco Central (IBC-Br), uma espécie de prévia da variação do produto interno bruto (PIB), a ser divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 03 de março de 2016, o nível de transações encolheu -4,1% em 2015, aproximando-se da marca negativa de -4,4%, registrada em 1990, em consequência do confisco de ativos financeiros promovido pela gestão Collor.

Na mesma linha, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), instituição que congrega 34 nações, dentre avançadas e emergentes, reduziu de 3,3% para 3,0%, os prognósticos de expansão da economia mundial para 2016, e cravou decréscimo de -4,0% para o PIB brasileiro, depositando pífias esperanças para 2017.

Em se confirmando tais inferências, o País contabilizará recuo de -9,5% do PIB, entre abril de 2014 e dezembro de 2016, o que configurará a mais profunda e longa recessão da história e, o que é pior, ao contrário de outros períodos depressivos, absolutamente acéfalo de um programa consistente de reversão do ambiente hostil.

Pela ótica de outras estatísticas correntes, oriundas de pesquisas do IBGE, as vendas reais (descontada a inflação) do comércio varejista brasileiro caíram -8,6% em 2015, o pior resultado desde 2001, e o desemprego metropolitano saltou de 4,8% da população economicamente ativa (PEA), em 2014, para 6,8% da PEA, em 2015, e 7,6% da PEA, em janeiro de 2016 (5,3% da PEA, em janeiro de 2015), o maior para o mês desde 2009.

Ademais a receita real do setor de serviços e o nível de emprego e os salários médios da indústria encolheram -3,6%, -6,2% e -1,8%, respectivamente, em 2015, suplantando, inclusive, no caso da utilização da mão de obra fabril, os números sofríveis experimentados em 2009, quando o mercado doméstico foi contagiado pela crise internacional.

Na verdade, a importação do cenário recessivo para o corrente exercício deveria ser bloqueada e eliminada mediante o anúncio e aplicação de medidas consistentes no campo econômico, direcionadas à busca gradativa do equilíbrio das finanças, nas diferentes instâncias da administração pública, e à negociação política das reformas estruturais, imprescindíveis ao desencadeamento de um novo e vigoroso ciclo expansivo.

Em vez de praticar a receita de superação da instabilidade - engordada pela multiplicação dos escândalos de corrupção envolvendo autoridades políticas e respectivas campanhas -, o governo, sem deixar de continuar responsabilizando o resto do mundo, optou pela dedicação a uma espécie de tarefa de correção caseira das falhas, absolutamente insuficiente e ineficaz, diante da dimensão dos problemas produzidos nos últimos anos.

Mais precisamente, ao substituir o ministro Levy por Nelson Barbosa, na pasta da Fazenda, o Palácio do Planalto passou a afagar os pleitos desenvolvimentistas (e inoportunos), emanados dos grupos sociais articulados ao ex-presidente Lula, e priorizar o desmanche das condições objetivas à instauração do processo de impeachment, na câmara dos deputados. Nesse contexto, a gestão econômica virou um jogo de faz de conta, ou um festival de anúncio de providências inconsistentes, que deram errado em outros momentos ou foram causadoras do imbróglio presente.

Por essa ordem de raciocínio, o Banco Central começou a emitir mensagens bizarras e contraditórias aos mercados, dando a impressão de abdicação do combate às pressões inflacionárias, e o executivo anunciou ampliação da oferta de crédito subsidiado, coberto por bancos públicos e pelos haveres do fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS).

Houve também a exposição de intenções de concretização de mudanças no arcabouço previdenciário, rejeitada pelo partido dos trabalhadores (PT) e entes sindicais, mesmo com o conhecimento de que o déficit passou de R\$ 56,6 bilhões (1,0% do PIB), em 2014, para R\$ 85,8 bilhões (1,5% do PIB), em 2015, e, se nada for feito, deve chegar a R\$ 7,0

trilhões (10% do PIB), em 2060. Cabe lembrar que as renúncias fiscais, promovidas em 2015, corresponderam a 47% do déficit da previdência.

Em igual sentido, o governo insiste na tentativa de aprovação, no Congresso Nacional, da recriação da contribuição provisória sobre movimentação financeira (CPMF) - repelida por todos por configurar um gravame em cascata que deve agudizar a ineficiência da economia – e da prorrogação das desvinculações das receitas da união (DRU).

Não bastasse isso, a administração Dilma insinuou o desejo de uso de parte das reservas internacionais para projetos de infraestrutura e, mais grave, orquestrou a desistência de desate do nó fiscal (meta de superávit primário de 0,5% do PIB), ao divulgar proposta de adoção de bandas de flutuação fiscal (entre -0,5% e 1,0% do PIB), em linha inversa à da arrecadação, algo defensável apenas em tempos de normalidade.

Foi realizado ainda o adiamento do anúncio dos cortes orçamentários de 2016 para o mês de março, visando à conquista de tempo para negociação, com o legislativo, de itens relativos à redução de dispêndios e elevação de impostos. Com o imediato novo rebaixamento da nota de crédito soberano do País, já mergulhada no pântano especulativo, pela agência de rating Standard & Poor's, o staff oficial explicitou contingenciamento de R\$ 23,4 bilhões, o menor desde 2010. Na sequência a Moody's retirou o investment grade do Brasil e despachou-o para o meio de lodaçal especulativo.

Na falta de um arcabouço econômico direcionado à correção dos descalabros construídos desde fins de 2008, resta às autoridades de Brasília continuar disputando o jogo do varejão político.

Na falta de um arcabouço econômico direcionado à correção dos descalabros construídos, tijolo a tijolo, desde fins de 2008, resta às autoridades de Brasília continuar disputando o jogo do varejão político, colocando a culpa no mundo, na oposição de direita, nas elites perseguidoras, nos pessimistas, na mídia golpista, nos intolerantes, dentre outros atores.

Na visão oficial, essas frações da sociedade não estariam entendendo que a montagem e o funcionamento da máquina de espoliação do estado e, por extensão, as inúmeras coisas erradas e ilegais que foram feitas, nos últimos anos, tinham como alvo preferencial não a ocupação (e perpetuação) do poder, mas o aprofundamento da redistribuição de renda e o desenvolvimento social.

Nessa perspectiva, a sociedade e a democracia brasileira precisariam compreender e aprender a conviver com o conceito de corrupção do bem. Enquanto isso, a intensificação da contração da produção e dos negócios e o prosseguimento do desarranjo inflacionário devem protagonizar a cena econômica neste ano.

VINTE E CINCO ANOS DA EXTINÇÃO DO BADEP

Gilmar Mendes Lourenço

No dia 05 de fevereiro de 2016, completaram-se vinte e cinco anos do encerramento das atividades do Banco de Desenvolvimento do Paraná (BADEP), principal retaguarda institucional e financeira das profundas modificações verificadas no perfil produtivo e social do Paraná, entre os começos das décadas de 1960 e 1990. Em um período inferior a trinta anos, o Estado integrou-se com si mesmo, com o Brasil e com o mundo, despojou-se da dependência econômica de um conjunto de serrarias e fazendas de café e tornou-se uma economia industrial.

O embrião daquelas mutações repousou nas pesquisas e recomendações preparadas, ainda em fins dos anos 1950 e princípio dos 1960, por um grupo técnico multidisciplinar da Coordenação do Plano de Desenvolvimento Econômico do Estado (PLADEP) – depois de amplo debate com representantes de diversos segmentos da sociedade regional -, encampadas parcialmente pelo governador eleito, Ney Braga, em 1961.

Mais precisamente, a partir de 1962, com a criação da Companhia de Desenvolvimento do Paraná (CODEPAR), transformada em BADEP em dezembro de 1968, com a reforma financeira promovida pelo governo federal, e de seu braço financeiro, o Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE), o Estado passou a reproduzir, com um decênio de retardo, o desenvolvimentismo da industrialização por substituição de importações, lançado no País nas administrações Vargas e Juscelino Kubitschek (JK), e materializado na instituição do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE), em 1952.

O Fundo, gerido pelo BADEP, provido por um adicional restituível (empréstimo compulsório) que correspondia a aproximadamente 30% da arrecadação incremental do Estado, representava um verdadeiro orçamento paralelo para investimentos públicos e financiamento de projetos privados, livre das influências políticas diretas na alocação dos haveres financeiros.

*A CODEPAR e o BADEP
chegaram a exercer
funções que
ultrapassaram o papel
de agentes financeiros,
atuando também como
verdadeiros organismos
de planejamento e
pesquisa do governo.*

As ações da CODEPAR/BADEP representaram autênticas catapultas para o choque infraestrutural da segunda parte do decênio de 1960, a modernização agrícola e agroindustrial e a implantação do parque papelero e cimenteiro, acontecida nos primórdios dos anos 1970, e a instalação e consolidação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC), predominantemente entre 1975 e 1980, com maturação plena na década de 1980.

Na verdade, aquelas entidades chegaram a exercer funções que ultrapassaram o papel de agentes financeiros, atuando também como verdadeiros organismos de planejamento e pesquisa do governo, antes da criação do Sistema Estadual de Planejamento e do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), no começo do decênio de 1970, na administração Pedro Viriato Parigot de Souza. Frise-se que o IPARDES surgiu a partir de uma equipe técnica especial formada no interior do BADEP.

Nos anos 1980, o esgotamento do padrão de financiamento brasileiro, ancorado em poupança externa e pública, e as supostas pressões emanadas de entidades multilaterais de crédito, especificamente o Banco Mundial, e do próprio Banco Central (BC), na defesa da operação de bancos múltiplos, em substituição às agências de fomento, e na crítica ao paralelismo existente entre as atividades exercidas pelo BADEP, Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e, em menor medida, Banco do Estado do Paraná (BANESTADO), oportunizaram a precipitação de propostas de liquidação do Banco.

Nos anos 1980, o esgotamento do padrão de financiamento e as supostas pressões neoliberais das entidades multilaterais de crédito oportunizaram a precipitação de propostas de liquidação do Banco.

Houve até a decretação de liquidação do BRDE, mudada para regime de gestão especial, em março de 1990, com prazo de doze meses para a extinção, que não veio a acontecer. Inclusive, o governo do Estado tencionava a incorporação da parte paranaense do BRDE, superavitária, pelo BADEP, para posterior absorção por uma carteira de fomento do BANESTADO. Episódios parecidos ocorreram com as entidades das unidades do Piauí, Paraíba e Rio Grande do Norte, e foram revertidos posteriormente.

Acrescente-se a multiplicação do volume de passivos a receber do BADEP, estimados em mais de US\$ 500 milhões, e concentrados nas pendências da CIC (Prefeitura de Curitiba), Companhia de Desenvolvimento de Londrina (CODEL) e Usina Central do Paraná, pertencente ao grupo empresarial Atala.

Em paralelo, a instituição era a mais eficiente entre as congêneres no País, devedora de menos de US\$ 200 milhões, incluindo o suporte financeiro obtido junto ao BC, promovia pronunciada reestruturação das operações e encaminhava soluções para aqueles três grandes débitos, com a presença de outros bancos, no caso Atala, mediados pelo BC.

Paradoxalmente, o governador do Paraná, com irrestrito apoio do candidato eleito, empregando argumentação confusa, parcial e equivocada, referenciada na continuidade de uma reforma administrativa, conseguiu, em 23 de janeiro de 1991, autorização do Legislativo, para encaminhar, ao BC, solicitação oficial de liquidação extra-judicial do Banco, que aconteceria menos de duas semanas depois.

Por certo, as autoridades regionais renderam-se aos encantos da operação desmonte, promovida pelo governo Collor, sob a retórica da lubrificação das engrenagens da máquina pública e a miragem privatizante, e destruíram o principal agente estatal de desenvolvimento. Um quarto de século depois, a sociedade paranaense ainda carece de viabilização política de uma alternativa não improvisada ao BADEP.

INDICADORES

EXPECTATIVA MÉDIA ANUAL DO MERCADO PARA A ECONOMIA BRASILEIRA: PIB, JUROS, CÂMBIO E INFLAÇÃO - 2015-2020

ANO	TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB	TAXA DE JUROS SELIC	TAXA DE CÂMBIO R\$/US\$	TAXA DE INFLAÇÃO IPCA
2015	-3,80
2016	-3,43	13,88	4,30	7,58
2017	0,44	12,73	4,38	6,05
2018	1,54	11,66	4,37	5,57
2019	1,98	11,49	4,37	5,27
2020	...	11,06	4,48	5,18

FONTE: Banco Central do Brasil, GERIN. Com base nas expectativas de 29/02/2016

NOTA: Meta para taxa de juros SELIC e taxa de câmbio para o final do ano.

DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO (% PIB) – COMPARAÇÃO MENSAL ÚLTIMOS 10 ANOS – DEZEMBRO 2005-2015

DEZ/ ANO	GOVERNO FEDERAL	BACEN	GOVERNOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS	EMPRESAS ESTATAIS	SETOR PÚBLICO CONSOLIDADO
2005	30,42	0,19	16,13	1,19	47,92
2006	30,19	0,35	15,10	0,84	46,49
2007	29,71	0,32	13,72	0,80	44,55
2008	24,45	-1,03	13,34	0,80	37,57
2009	29,15	-1,18	12,19	0,71	40,88
2010	26,88	-1,12	11,60	0,62	37,98
2011	24,28	-1,20	10,85	0,57	34,49
2012	22,09	-1,24	10,81	0,59	32,25
2013	20,51	-1,22	10,72	0,59	30,59
2014	22,38	-1,27	11,31	0,69	33,11
2015	25,31	-3,16	13,01	0,88	36,04

FONTE: Banco Central do Brasil, DEPEC

INDICADORES

EVOLUÇÃO DIÁRIA DO ÍNDICE BOVESPA (IBOVESPA) –FEV/2015–JAN/2016

EVOLUÇÃO DIÁRIA DO ÍNDICE BOVESPA (IBOVESPA) –FEV/2015–JAN/2016

DIA	JAN/16	FEV/15	MAR/15	ABR/15	MAI/15	JUN/15	JUL/15	AGO/15	SET/15	OUT/15	NOV/15	DEZ/15
1				52.321,56		53.031,31	52.757,53		45.477,06	45.313,27		45076,45
2		47.650,73	51.020,81	53.123,02		54.236,43	53.108,18		46.463,96	47.033,46		44914,06
3		48.963,66	51304,10			53522,90	52519,40	50138,04	47.365,87		48053,66	46393,26
4	42141,03	49.301,05	50468,05		57353,98			50058,48	46.497,72		47710,09	45360,75
5	42419,32	49.233,85	50365,20		58051,61	52973,37		50287,27	60.681,98	47.598,06	48046,75	
6	41773,14	48.792,27	49981,19	53737,26	57103,14		52149,37	50011,32		47.735,11	46918,51	
7	40694,72			53729,16	56921,39		52343,71	48577,32		48.914,32		45222,69
8	40612,20			53661,11	57149,33	52809,63	51781,74		46.762,07	49.106,55		44443,25
9		49.382,58	49181,01	53802,66		52815,99			46.657,09	49.338,41	46194,92	46108,02
10		48.510,28	48293,40	54214,11		53876,44	52590,72	49553,00	46.503,99		46206,56	45630,70
11	39950,49	48.239,67	48905,58		57197,10	53688,51		49072,34	46.400,50		47065,01	45262,72
12	39513,32	49.532,72	48880,40		56792,05	53347,53		48388,04	56.927,81		46883,57	
13	38944,44	50.635,92	48595,81	54239,77	56372,04		53119,47	48009,56		47.362,63	46517,03	
14	39500,10			53981,92	56656,57		53239,17	47508,40	47.281,01	46.710,43		44747,31
15	38569,12			54918,74	57248,63	53137,53	52908,28		47.364,06	47.161,15		44872,06
16			48848,21	54674,21		53702,15	53.069,75		48.553,09	47.236,10	46846,87	45015,84
17			58285,12	53954,79		53248,54	52341,80	47217,42	48.551,07		47247,80	45261,47
18	37937,27	51.280,36	51526,19		56204,23	54238,59		47450,58	47.264,08		47435,57	43910,59
19	38057,01	51.294,03	50953,53		55498,82	53749,41		46588,39		47.447,31	48138,88	
20	37645,47	51.237,70	51966,58	53761,27	54901,92		51600,07	46649,23		47.076,55		
21	37717,10				55112,05		51474,28	45719,64	46.590,19	47.025,86		43199,95
22	38031,22			54617,36	54377,29	53863,67	50915,78		46.264,60	47.772,14		43469,51
23		51.280,64	51908,46	55684,85		53772,43	49806,62		45.340,11	47.596,58	48150,27	44014,93
24		51.874,17	51506,07	56594,22		53842,53	49245,84	44336,47	45.291,96		48284,18	
25		51.811,02	51858,30		54609,25	53175,66		44544,85	44.831,46		46266,63	
26	37497,47	51.760,54	50579,85		53629,78	54016,97		46038,07		47.209,32	47145,63	
27	38376,36	51.583,09	50094,66	55534,50	54236,25		48735,54	47715,27		47.042,94	45872,41	
28	38630,19			55812,03	53976,27		49601,59	47153,86	43.956,92	46.740,84		43764,33
29	40405,99			55325,29	52760,47	53014,21	50245,14		44.131,82	45.628,35		43653,96
30			51243,45	56229,38		53080,88	49897,40		45.059,84	45.868,81	45120,36	43349,96
31			51150,16					50864,77				
MÍNIMO	37.497,47	47.650,73	48293,40	529321,76	52760,47	52809,63	48735,54	44336,47	43.956,62	45.313,27	45120,36	43199,95
MÁXIMO	42.419,32	51.874,17	51966,58	56594,22	58051,61	54238,59	53239,17	50287,27	48.553,09	49.338,41	48284,18	46393,26

FONTE: Bovespa

NOTA: Índice Ibovespa é o valor atual, em moeda corrente, de uma carteira teórica de ações constituída em 2/1/1968 (valor-base: 100 pontos), a partir de uma aplicação hipotética. Supõe-se não ter sido efetuado nenhum investimento adicional desde então, considerando-se somente os ajustes efetuados em decorrência da distribuição de proventos pelas empresas emissoras (tais como reinversão de dividendos recebidos e do valor apurado com a venda de direitos de subscrição, e manutenção em carteira das ações recebidas em bonificação). Dessa forma, o índice reflete não apenas as variações dos preços das ações, mas também o impacto da distribuição dos proventos, sendo considerado um indicador que avalia o retorno total de suas ações componentes (IBOVESPA).

INDICADORES

INDICADORES CONJUNTURAIS DA INDÚSTRIA BRASILEIRA, SEGUNDO TIPO DE INDÚSTRIA – PESSOAL OCUPADO ASSALARIADO DEZ/2015

INDÚSTRIA	MENSAL	ACUMULADO	ÚLTIMOS 12 MESES
Indústria Geral	92,14	93,83	93,83
Indústrias Extrativas	95,61	95,35	95,35
Indústria de Transformação	92,05	93,79	93,79
Alimentos e Bebidas	97,81	97,76	97,76
Fumo	93,83	90,66	90,66
Têxtil	90,80	94,33	94,33
Vestuário	90,16	93,59	93,59
Calçados e Couro	94,70	93,20	93,20
Madeira	92,09	94,84	94,84
Papel e Gráfica	96,39	96,51	96,51
Coque, Refino de Petróleo, Comb. Nucleares e Álcool	98,33	95,95	95,95
Produtos Químicos	98,07	99,32	99,32
Borracha e Plástico	87,31	94,33	94,33
Minerais Não-Metálicos	90,23	95,25	95,25
Metalurgia Básica	90,65	92,55	92,55
Produtos de Metal - exclusive máquinas e equipamentos	89,53	89,31	89,31
Máquinas e Equip. - excl. elêtr., eletrôn., de precisão e de comun.	88,75	91,71	91,71
Máquinas e Aparelhos Elêtr., Eletrôn. de Precisão e de Comunicações	83,77	86,12	86,12
Fabricação de Meios de Transporte	85,66	88,64	88,64
Fabricação de Outros Produtos da Indústria de Transformação	88,85	90,32	90,32

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Indústria. Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (www.ibge.gov.br). Número índice base = 100

NOTA: Por decisão do IBGE, a Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (PIMES) foi encerrada em janeiro de 2016, sendo esta sua última divulgação

DESEMBOLSOS DO SISTEMA BNDES SEGUNDO OS GÊNEROS INDUSTRIAIS – EM US\$ MILHÕES

Gênero Industrial	2011	2012	2013	2014	2015	Var.(%) 2015/14
Indústria de Transformação	23.842	23.056	25.229	19.935	10.740	-46,1
Produtos Alimentícios	3.135	2.381	3.296	2.577	1.434	-44,4
Bebidas	912	711	376	481	264	-45,1
Produtos do Fumo	7	3	9	1	0	-80,4
Produtos Têxtil	931	623	468	251	135	-46,3
Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios	596	746	423	271	178	-34,1
Couros, Calçados e Artefatos	374	417	281	116	35	-69,6
Produtos de Madeira	312	387	361	191	125	-34,6
Celulose, Papel e Prods. de papel	853	2.157	1.812	1.732	1.059	-38,8
Impressão, Reprodução de Gravações	76	91	72	57	29	-48,8
Refino Petróleo, Coque e Biocombustíveis	2.657	3.114	3.367	2.218	693	-68,8
Produtos Químicos	1.438	1.009	1.561	1.516	422	-72,1
Prod. Farmacêuticos e Farmacêuticos	133	125	247	203	133	-34,3
Prods. de Borracha e Material Plástico	906	1.124	1.176	624	267	-57,2
Produtos Minerais Não-Metálicos	1.156	1.110	1.226	719	279	-61,2
Metalurgia	1.491	1.270	1.163	1.061	986	-7,1
Produtos de Metal, exceto Máqs. e Equip.	727	672	720	679	202	-70,3
Equip. de Informática, Prods. de Eletr. e Ópticos	177	478	397	264	109	-58,8
Máqs. Aparelhos e Mats. Elétricos	835	614	800	449	285	-36,6
Máquinas e Equipamentos	1.647	1.714	1.958	1.226	595	-51,5
Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias	2.799	2.317	3.269	2.213	904	-59,1
Outros Equip. de Transporte, Exc Veic Automotores	2.072	1.196	1.586	2.649	2.397	-9,5
Móveis	391	518	435	259	120	-53,5
Produtos Diversos	173	197	125	111	55	-49,9
Manutenção, Reparação e Instalação de Máqs. e Equip.	44	82	102	67	32	-52,3

FONTE: MDIC, BNDES

INDICADORES

NÍVEL DE UTILIZAÇÃO DA CAPACIDADE INSTALADA NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO BRASILEIRA DEZ 2013-DEZ 2015

Discriminação	Média 2014	Média 2015	2013	2014												2015											
			Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Indústria de Transformação	81,2	78,9	79,8	80,7	81,3	80,8	81,0	81,3	80,0	81,7	81,8	82,3	82,6	82,0	78,6	79,6	78,7	80,5	80,4	79,7	79,0	78,9	78,3	78,2	79,2	78,2	75,5
Alimentos	78,3	79,5	79,8	79,4	78,2	75,7	77,3	77,3	76,6	77,4	77,8	79,8	80,1	80,4	79,7	80,3	78,0	78,9	79,9	78,7	79,7	79,2	78,4	80,1	81,1	80,4	79,3
Bebidas	69,0	67,9	76,5	70,6	69,3	68,8	64,5	65,8	62,6	64,0	65,5	69,7	73,6	75,5	77,7	69,1	69,5	67,3	61,5	64,6	63,6	62,7	66,5	68,6	74,5	73,6	73,7
Têxteis	81,4	79,3	79,5	81,3	81,8	82,0	80,2	81,0	80,6	81,3	81,3	82,1	82,6	82,5	80,1	79,8	80,3	81,9	81,4	81,2	78,9	78,7	77,5	77,7	78,4	78,7	76,6
Vestuário	86,1	83,3	80,9	85,2	86,1	84,8	85,8	86,5	83,9	87,5	87,5	87,0	88,0	87,1	84,0	84,6	83,3	85,5	85,5	86,1	82,6	82,7	83,5	82,6	83,7	82,9	76,1
Couros e calçados	83,3	81,7	80,6	77,5	84,0	87,3	87,5	83,1	80,5	83,9	85,8	86,7	85,9	85,8	71,1	79,8	81,9	86,2	83,7	79,3	78,2	83,1	84,4	84,2	83,2	82,0	74,0
Madeira	84,4	83,4	87,4	85,9	84,6	85,5	84,7	83,6	82,9	83,5	83,3	85,6	84,4	85,1	83,9	83,0	84,4	85,4	85,1	84,9	83,1	82,4	82,3	81,9	81,2	82,6	84,4
Celulose e papel	90,5	88,9	89,4	90,1	89,4	90,6	89,6	90,6	89,3	91,3	90,9	90,0	91,9	91,7	90,2	90,3	89,9	90,6	88,4	89,0	89,0	89,5	88,9	88,2	90,0	85,8	87,0
Impressão e reprodução	81,4	80,5	85,4	71,7	83,8	84,9	83,9	81,1	80,3	80,8	80,7	81,0	82,9	83,9	81,5	82,1	80,1	81,2	80,5	75,2	80,8	80,3	79,1	81,7	83,2	81,5	79,7
Derivados de petróleo e biocomb.	84,7	81,0	84,0	79,7	78,1	80,9	84,1	89,1	91,7	90,8	91,4	89,1	87,0	85,0	69,2	61,3	57,8	74,0	82,7	89,4	89,1	89,4	89,1	87,7	86,3	84,8	80,5
Químicos	82,0	79,9	75,9	82,1	80,4	80,7	80,4	81,2	81,8	84,2	83,8	83,1	82,0	82,0	77,6	77,2	78,3	80,1	80,6	80,5	80,8	81,8	82,6	80,7	81,5	78,6	75,6
Farmacêuticos	85,4	86,1	79,9	80,4	85,3	84,6	84,9	87,1	86,7	86,9	86,6	85,6	87,2	86,2	83,0	83,2	85,9	87,2	86,6	87,3	86,3	87,4	86,9	84,9	86,4	86,6	84,4
Borracha e plástico	81,4	75,4	79,5	81,7	81,0	83,1	81,2	82,1	80,0	82,3	83,0	82,5	83,2	82,7	73,7	79,5	78,3	79,6	78,9	76,3	73,6	72,5	71,4	73,4	73,7	76,1	71,5
Minerais não metálicos	81,3	79,8	82,4	81,9	81,7	81,0	80,9	82,6	81,6	80,1	81,7	82,1	82,5	81,2	78,1	79,5	78,7	80,2	80,1	79,0	80,5	80,4	80,6	79,5	81,2	80,4	77,7
Metalurgia	81,8	74,0	76,3	81,9	82,6	83,4	82,9	82,2	81,8	81,8	81,5	83,9	81,9	79,7	77,6	79,6	77,2	78,8	76,8	77,4	73,1	72,2	74,8	68,7	77,3	68,9	62,9
Produtos de metal	76,7	74,0	75,3	77,8	77,9	75,9	76,2	77,4	74,3	77,4	75,8	76,8	78,8	77,8	74,7	75,0	73,2	74,9	75,7	73,9	73,5	74,4	72,7	73,5	74,4	74,1	73,0
Máquinas e materiais elétricos	83,9	81,7	82,5	83,8	84,3	84,2	84,0	83,4	83,3	84,2	84,2	83,9	83,4	83,7	84,0	83,3	82,6	83,4	82,8	82,9	82,4	82,1	81,6	81,6	80,8	80,0	76,8
Máquinas e equipamentos	78,1	74,1	76,1	78,4	79,4	78,6	79,0	78,7	77,4	78,7	78,6	78,7	78,8	76,7	74,6	75,4	75,4	75,7	74,6	75,1	75,1	74,9	74,0	72,8	73,0	73,0	70,2
Veículos automotores	79,8	74,2	78,1	78,1	80,5	79,3	79,8	79,6	78,0	82,0	80,7	81,3	81,1	79,5	77,8	80,2	79,1	80,1	78,7	77,2	76,4	72,9	70,8	69,6	69,9	68,1	66,9
Outros equipamentos de transporte	88,9	88,1	88,1	89,0	89,4	89,2	89,3	89,1	87,4	88,4	89,1	89,5	89,7	89,5	87,4	88,3	89,1	89,3	88,7	88,7	88,8	89,2	89,4	87,4	88,0	87,0	82,7
Móveis	85,9	84,3	86,0	85,4	86,3	85,2	85,7	86,0	83,6	85,8	86,2	86,5	87,2	86,9	85,6	85,6	85,5	86,9	87,1	85,2	83,9	84,6	78,7	83,6	82,9	83,7	83,5
Produtos diversos	80,5	78,9	68,5	78,4	87,9	80,8	78,0	79,2	81,2	81,3	83,0	80,8	80,2	79,6	75,0	79,1	81,1	78,2	79,0	78,7	79,3	79,7	77,4	77,9	79,0	77,9	79,1

FONTE: CNI, MDIC

INDICADORES

BRASIL – COMÉRCIO EXTERIOR (EM US\$ MILHÕES)

Discriminação	2009	2010	Part. (%) em 2010	2011	2012	2013	2014	2015	Part. (%) Em 2015	Janeiro		Var. (%) 2016/15
										2016	2015	
CORRENTE DE COMÉRCIO	280.717	383.684	-	482.286	465.761	481.781	454.255	362.583	-	21.569	30.578	-29,5
EXPORTAÇÃO	152.995	201.915	100,0	256.040	242.578	242.034	225.101	191.134	100,0	11.246	13.704	-17,9
BÁSICOS	61.957	90.005	44,6	122.457	113.454	113.023	109.556	87.188	45,6	4.753	5.849	-18,7
PROD. INDUSTRIALIZADOS	87.848	107.770	53,4	128.317	123.749	123.471	109.276	99.254	51,9	6.191	7.440	-16,8
SEMIMANUFATURADOS	20.499	28.207	14,0	36.026	33.042	30.526	29.065	26.463	13,8	1.853	2.474	-25,1
MANUFATURADOS	67.349	79.563	39,4	92.291	90.707	92.945	80.211	72.791	38,1	4.338	4.966	-12,7
OPERAÇÕES ESPECIAIS	3.189	4.140	2,1	5.265	5.375	5.540	6.268	4.692	2,5	302	415	-27,1
IMPORTAÇÃO	127.722	181.768	100,0	226.247	223.183	239.748	229.154	171.449	100,0	10.323	16.874	-38,8
BENS DE CONSUMO	19.266	27.099	14,9	34.861	33.381	34.676	33.116	26.808	15,6	1.590	2.345	-32,2
COMBUSTÍVEL E LUBRIFICANTES	16.674	25.252	13,9	36.103	35.173	40.546	39.478	21.717	12,7	846	2.258	-62,5
BENS DE CAPITAL	18.474	25.688	14,1	30.517	31.662	32.691	29.493	23.292	13,6	1.933	2.595	-25,5
BENS INTERMEDIÁRIOS	73.192	103.641	57,0	124.682	122.907	131.729	126.904	99.445	58,0	5.948	9.673	-38,5
BENS NÃO ESPECIFICADOS ANTER.	116	87	0,0	83	61	105	164	187	0,1	6	4	74,4
SALDO	25.272	20.147	-	29.793	19.395	2.286	-4.054	19.685	-	923	-3.170	-

FONTE: SECEX/MDIC

INDICADORES

PREÇO MÉDIO MENSAL E NOMINAL NO ATACADO EM REAIS (R\$) DE PRODUTOS AGRÍCOLAS
SELECIONADOS – DEZ/2000–JAN/2016

PERÍODO	SÃO PAULO	PARANÁ			
	Arroz (30 kg)	Feijão Preto (30 kg)	Soja (em farelo) (t)	Trigo (em grão) (60 kg)	Milho (60 kg)
Dez/2000	20,69	19,08	434,03	15,03	
Dez/2001	28,00	49,95	496,42	17,80	
Dez/2002	38,00	48,47	745,55	34,94	
Dez/2003	52,36	43,16	756,77	28,58	
Dez/2004	33,78	48,65	522,76	21,26	
Dez/2005	30,00	60,01	513,04	21,96	
Dez/2006	34,01	33,47	506,57	29,23	
Dez/2007	43,67	72,29	682,33	34,35	
Dez/2008	52,54	85,72	736,91	28,50	
Dez/2009	48,34	44,14	740,11	27,50	
Dez/2010	54,40	56,57	734,82	27,40	
Dez/2011	44,28	52,75	584,62	26,43	
Dez/2012	65,00	80,81	1.239,97	41,50	
Jan/2013	62,20	84,37	1.121,56	44,06	
Fev/2013	61,19	85,21	923,84	45,47	
Mar/2013	61,00	82,47	851,76	44,14	
Abr/2013	61,00	85,27	823,94	43,35	
Mai/2013	59,98	90,39	875,56	43,84	
Jun/2013	59,11	98,64	1.035,92	45,87	
Jul/2013	59,22	95,36	1.082,82	52,11	
Ago/2013	60,04	96,48	1.111,16	56,02	
Set/2013	60,15	95,57	1.226,96	59,31	
Out/2013	60,24	96,33	1.245,81	55,91	
Nov/2013	57,63	94,41	1.277,10	51,02	
Dez/2013	59,51	92,71	1.298,74	47,27	
Jan/2014	60,36	89,62	1.230,87	45,64	
Fev/2014	59,91	87,40	1.202,97	46,29	
Mar/2014	54,80	94,41	1.209,69	46,76	
Abr/2014	62,02	95,37	1.186,52	49,57	
Mai/2014	61,07	88,74	1.165,31	49,94	
Jun/2014	61,67	81,73	1.170,80	48,41	
Jul/2014	61,78	80,26	1.062,62	44,43	
Ago/2014	61,23	79,91	1.083,22	36,71	
Set/2014	58,00	80,77	1.047,49	34,56	
Out/2014	58,46	78,43	1.050,81	32,19	
Nov/2014	60,00	77,84	1.164,19	33,54	
Dez/2014	60,00	78,69	1.174,61	34,32	
Jan/2015	60,07	87,87	1.132,40	34,37	
Fev/2015	60,10	89,11	1089,72	34,51	
Mar/2015	60,35	84,95	1152,64	35,94	
Abr/2015	62,05	80,90	1108,53	40,36	
Mai/2015	67,60	77,91	1046,36	41,54	
Jun/2015	74,88	73,80	1047,04	40,00	
Jul/2015	74,70	74,08	1143,47	38,97	
Ago/2015	74,05	75,75	1186,26	38,90	
Set/2015	74,85	77,42	1.323,52	39,33	
Out/2015	77,40	80,63	1.393,83	42,20	
Nov/2015	58,98	81,41	1370,71	43,48	
Dez/2015	62,10	87,64	1314,07	43,30	
Jan/2016	64,55	

FONTE: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); CONAB; SEAB-PR

NOTA: Cotação para o arroz longo fino agulhinha

Sinal convencional utilizado:

Dado não disponível

INDICADORES

INDICADORES DO MERCADO FINANCEIRO NACIONAL E INTERNACIONAL

DATA	BRASIL				EUA	
	Fundo de Investimento Financeiro – FIF (PL mensal, R\$ milhões) 7837 ⁽¹⁾	Valor das empresas listadas no Ibovespa (R\$ bilhões) 7848 ⁽³⁾	Índice Ibovespa fechamento mensal (pontos) 7845 ⁽²⁾	Emissão Primária de Debêntures 7841 (R\$ milhões)	Dow Jones – NYSE fechamento (pontos) 7846 ⁽³⁾	Nasdaq fechamento (pontos) 7847 ⁽⁴⁾
2005 (DEZ)	653.714	841	33.455	41.538	10.718	2.205
2006 (DEZ)	794.875	1.181	44.473	69.463	12.463	2.415
2007 (DEZ)	912.869	1.765	63.886	46.535	13.265	2.652
2008 (DEZ)	917.297	1.088	37.550	37.458	8.776	1.577
2009 (DEZ)	1.086.267	1.740	68.588	2.720	10.428	2.269
2010 (DEZ)	1.286.654	2.071	69.304	2.025	11.578	2.653
2011 (DEZ)	1.501.728	1.834	56.754	220	12.218	2.605
2012 (DEZ)	1.786.186	1.962	60.952	850	13.104	3.020
Jan/2013	1.836.788	1.983	59.761	0	13.861	3.142
Fev/2013	1.852.863	1.918	57.424	2.141	14.054	3.160
Mar/2013	1.864.287	1.932	56.352	2.160	14.579	3.268
Abr/2013	1.877.294	1.925	55.910	2.551	14.804	3.329
Mai/2013	1.895.304	1.907	53.506	0	15.116	3.456
Jun/2013	1.880.342	1.740	47.457	0	14.910	3.403
Jul/2013	1.904.243	1.779	48.234	1.465	15.500	3.626
Ago/2013	1.914.304	1.792	50.011	0	14.810	3.590
Set/2013	1.919.844	1.898	52.338	0	15.130	3.771
Out/2013	1.923.553	1.995	54.256	2.328	15.546	3.920
Nov/2013	1.921.603	1.947	52.482	0	16.086	4.060
Dez/2013	1.939.384	1.890	51.507	300	16.577	4.177
Jan/2014	1.934.332	1.803	47.638	0	15.699	4.104
Fev/2014	1.952.954	1.789	47.094	1.000	16.322	4.308
Mar/2014	1.979.747	1.901	50.514	250	16.458	4.199
Abr/2014	1.983.269	1.940	51.626	1.098	16.581	4.115
Mai/2014	2.017.747	1.902	51.239	0	16.717	4.243
Jun/2014	2.045.954	1.961	53.168	0	16.827	4.408
Jul/2014	2.067.374	2.037	55.829	481	16.563	4.370
Ago/2014	2.107.037	2.224	61.288	0	17.098	4.580
Set/2014	2.130.781	1.979	54.115	0	17.043	4.493
Out/2014	2.149.367	1.980	54.628	845	17.391	4.631
Nov/2014	2.166.487	1.992	54.724	0	17.828	4.792
Dez/2014	2.156.887	1.824	50.007	0	17.823	4.736
Jan/2015	2.192.912	1.745	46.907	10.000	17.165	4.635
Fev/2015	2.226.999	1.897	51.583	551	18.133	4.964
Mar/2015	2.260.558	1.885	51.150	321	17.776	4.901
Abr/2015	2.282.144	2.066	56.229	4.600	17.841	4.941
Mai/2015	2.235.805	1.949	52.760	0	18.011	5.070
Jun/2015	2.355.165	1.973	53.080	0	17.620	4.987
Jul/2015	2.388.160	1.903	50.864	740	17.690	5.128
Ago/2015	2.425.397	1.754	46.625	0	16.528	4.777
Set/2015	2.343.942	1.700	45.059	1.350	16.285	4.620
Out/2015	2.448.624	1.679	45.868	1.892	17.664	5.054
Nov/2015	2.465.544	1.659	45.120	0	17.720	5.109
Dez/2015	2.472.963	1.591	43.349	1.185	17.425	5.007

FONTES: (1) Banco Central do Brasil, (2) Bovespa (Índice de Fechamento do último dia útil do mês), (3) Dow Jones, (4) Nasdaq

NOTA: Para os anos de 2005 a 2008, os valores referem-se ao mês de dezembro, exceto para emissão de debênture que é o total do ano.

Sinal convencional utilizado: Dado não disponível.

INDICADORES

BALANÇA COMERCIAL DO PARANÁ - 1996-2016 (Em US\$ 1.000 FOB - ACUMULADO - e variação % anual)

ANO	EXPORTAÇÃO (X)		IMPORTAÇÃO (M)		SALDO (X-M) VALOR
	Valor	Var. %	Valor	Var. %	
1996	4.245.905	47	2.434.733	2	1.811.172
1997	4.853.587	14	3.306.968	36	1.546.619
1998	4.227.995	(13)	4.057.589	23	170.406
1999	3.932.659	(7)	3.699.490	(9)	233.169
2000	4.394.162	12	4.686.229	27	-292.067
2001	5.320.211	21	4.928.952	5	391.259
2002	5.703.081	7	3.333.392	(32)	2.369.689
2003	7.157.853	26	3.486.051	5	3.671.802
2004	9.405.026	31	4.026.146	15	5.378.879
2005	10.033.533	7	4.527.237	12	5.506.296
2006	10.016.338	(0)	5.977.971	32	4.038.367
2007	12.352.857	23	9.017.988	51	3.334.870
2008	15.247.252	23	14.570.222	62	677.030
2009	11.222.827	(26)	9.620.837	(34)	1.601.990
2010	14.176.010	26	13.956.180	45	219.831
2011	17.394.228	22,70	18.766.895	34,46	-1.372.667
2012	17.709.585	1,81	19.387.410	3,30	-1.677.825
2013	18.239.202	2,99	19.343.839	-0,23	-1.104.637
2014	16.332.120	-10,46	17.293.735	-10,61	-961.614
2015	14.909.081	-8,71	12.448.504	-28,03	2.460.577
JAN /2016	871.431	0,0	737.545	0,0	133.886

FONTE: MDIC/SECEX

BALANÇA COMERCIAL DO BRASIL - 1996-2016 (Em US\$ 1.000 FOB - ACUMULADO - e variação % anual)

ANO	EXPORTAÇÃO (X)		IMPORTAÇÃO (M)		SALDO (X-M)	
	Valor	Var. %	Valor	Var. %	Valor	Var. %
1996	47.746.728	...	53.345.767	...	-5.599.039	...
1997	52.982.726	10,97	59.747.227	12,00	-6.764.501	20,82
1998	51.139.862	(3,48)	57.763.476	(3,32)	-6.623.614	(2,08)
1999	48.012.790	(6,11)	49.301.558	(14,65)	-1.288.768	(80,54)
2000	55.118.920	14,80	55.850.663	13,28	-731.743	(43,22)
2001	58.286.593	5,75	55.601.758	(0,45)	2.684.835	(466,91)
2002	60.438.653	3,69	47.242.654	(15,03)	13.195.999	391,50
2003	73.203.222	21,12	48.325.567	2,29	24.877.655	88,52
2004	96.677.497	32,07	62.835.616	30,03	33.841.882	36,03
2005	118.529.184	22,60	73.600.376	17,13	44.928.809	32,76
2006	137.807.470	16,26	91.350.841	24,12	46.456.629	3,40
2007	160.649.073	16,58	120.617.446	32,04	40.031.627	(13,83)
2008	197.942.443	23,21	172.984.768	43,42	24.957.675	(37,66)
2009	152.994.743	(22,71)	127.715.293	(26,17)	25.279.450	1,29
2010	201.915.285	31,98	181.722.623	42,28	20.192.662	(20,12)
2011	256.039.575	26,81	226.245.113	24,47	29.794.462	...
2012	242.579.776	-5,26	223.154.429	-1,37	19.425.346	...
2013	242.033.575	-0,22	239.631.216	7,37	2.402.358	...
2014	225.100.885	-7,00	229.060.058	-4,46	-3.959.173	...
2015	191.134.325	-15,09	171.449.050	-25,18	19.685.274	...
JAN/2016	11.245.552	0,0	10.322.951	0,0	922.601	...

FONTE: MDIC/SECEX

Sinal convencional utilizado:

Dado não disponível.

INDICADORES

OFERTA E DEMANDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS BRASILEIROS (COMPLEXO SOJA E TRIGO) - SAFRAS 2009/2016

(Mil toneladas)

CULTURA	SAFRA	ESTOQUE INICIAL	PRODUÇÃO	IMPORTAÇÃO	SUPRIMENTO	CONSUMO	EXPORTAÇÃO	ESTOQUE FINAL
Algodão em Pluma	2009/10	394,2	1.194,1	39,2	1.627,5	1.039,0	512,5	76,0
	2010/11	76,0	1.959,8	144,2	2.180,0	900,0	758,3	521,7
	2011/12	521,7	1.893,3	3,5	2.418,5	895,2	1.052,8	470,5
	2012/13	470,5	1.310,3	17,4	1.798,2	920,2	572,9	305,1
	2013/14	305,1	1.734,0	31,5	2.070,6	850,0	748,6	472,0
	2014/15	438,5	1.562,8	2,1	2.003,4	820,0	834,3	349,1
	2015/16	349,1	1.508,4	5,0	1.862,8	800,0	740,0	322,5
Arroz em Casca	2009/10	2.531,5	11.660,9	1.044,8	15.237,2	12.152,5	627,4	2.457,3
	2010/11	2.457,3	13.613,1	825,4	16.895,8	12.236,7	2.089,6	2.569,5
	2011/12	2.569,5	11.599,5	1.068,0	15.237,0	11.656,5	1.455,2	2.125,3
	2012/13	2.125,3	11.819,7	965,5	14.910,5	12.617,7	1.210,7	1.082,1
	2013/14	1.082,1	12.121,6	1.000,0	14.203,7	12.000,0	1.200,0	1.003,7
	2014/15	868,3	12.448,6	550,0	13.866,9	11.900,0	1.300,0	666,9
	2015/16	666,9	11.475,3	1000,0	13.142,2	11.800,0	1.100,0	242,2
Feijão	2009/10	317,7	3.322,5	181,2	3.821,4	3.450,0	4,5	366,9
	2010/11	366,9	3.732,8	207,1	4.306,8	3.600,0	20,4	686,4
	2011/12	686,4	2.918,4	312,3	3.917,1	3.500,0	43,3	373,8
	2012/13	373,8	2.806,3	304,4	3.484,5	3.320,0	35,3	129,2
	2013/14	303,8	3.115,3	110,0	3.529,1	3.350,0	90,0	89,1
	2014/15	89,1	3.385,6	110,0	3.584,7	3.350,0	90,0	144,7
	2015/16	89,1	3.385,6	110,0	3.584,7	3.350,0	90,0	144,7
Milho	2009/10	7.112,8	56.018,1	391,9	63.522,8	46.967,6	10.966,1	5.589,1
	2010/11	5.589,1	57.406,9	764,4	63.760,4	48.485,5	9.311,9	5.963,0
	2011/12	5.963,0	72.979,5	774,0	79.716,5	51.888,6	22.313,7	5.514,2
	2012/13	5.514,2	81.505,7	911,4	87.931,3	53.498,3	26.174,1	8.258,9
	2013/14	8.258,9	80.052,0	800,0	89.110,9	53.905,6	20.913,8	14.291,5
	2014/15	11.835,5	84.672,4	350,0	96.857,9	55.959,5	30.877,7	10.020,7
	2015/16	10.020,7	83.336,0	500,0	93.856,7	58.391,0	29.000,0	6.465,7
Soja em Grãos	2009/10	674,4	68.688,2	117,8	69.480,4	37.800,0	29.073,2	2.607,2
	2010/11	2.607,2	75.324,3	41,0	77.972,5	41.970,0	32.986,0	3.016,5
	2011/12	3.016,5	66.383,0	266,5	69.666,0	36.754,0	31.468,0	444,0
	2012/13	444,0	81.499,4	282,8	82.226,2	38.524,0	42.791,9	740,1
	2013/14	910,3	86.120,8	630,0	87.661,1	39.935,8	45.691,0	1.414,8
	2014/15	1.414,8	96.228,0	324,1	97.966,9	42.850,0	54.324,0	792,9
	2015/16	792,9	100.933,0	300,0	102.025,9	44.100,0	56.750,0	1.071,3
Farelo de Soja	2009/10	1.903,2	26.719,0	39,5	28.661,7	12.944,0	13.668,6	2.049,1
	2010/11	1.967,9	29.298,5	24,8	31.291,2	13.758,0	14.289,0	3.177,8
	2011/12	3.177,8	26.026,0	5,0	29.208,8	14.051,0	14.289,0	868,7
	2012/13	868,7	27.258,0	3,9	28.130,6	14.350,0	13.333,5	447,1
	2013/14	447,1	28.336,0	1,0	28.784,4	14.799,3	13.716,0	268,8
	2014/15	268,8	30.492,2	1,0	30.762,0	15.100,0	14.826,7	835,3
	2015/16	835,3	31.185,0	1,0	32.021,3	15.500,0	15.500,0	1.021,3
Óleo de Soja	2009/10	302,2	6.766,5	16,2	7.084,9	4.980,0	1.563,8	541,1
	2010/11	676,6	7.419,8	0,1	8.096,5	5.367,0	1.741,0	988,5
	2011/12	988,5	6.591,0	1,0	7.580,5	5.172,4	1.757,1	651,0
	2012/13	651,0	6.903,0	5,0	7.559,0	5.556,3	1.362,5	640,2
	2013/14	640,2	7.176,0	0,1	7.816,3	5.930,8	1.305,0	580,5
	2014/15	580,5	7.722,0	25,2	8.327,7	6.359,2	1.669,9	298,6
	2015/16	298,6	7.897,5	12,0	8.208,1	6.380,2	1.400,0	428,1
Trigo	2010	2.879,9	5.881,6	5.922,2	14.559,9	9.842,4	2.515,9	2.201,6
	2011	2.201,6	5.788,6	5.771,9	14.002,0	10.144,9	1.901,0	1.956,1
	2012	1.956,1	4.379,5	6.011,8	13.345,8	10.134,3	1.683,9	1.527,6
	2013	1.527,6	5.527,8	7.010,2	13.697,8	11.381,5	47,4	2.268,9
	2014	2.268,9	5.971,1	5.328,8	13.568,8	10.713,7	1.680,5	1.174,6
	2015	1.174,6	5.534,9	5.350,0	12.459,5	10.367,3	900,0	1.192,2

FORNTE: CONAB – Levantamento: FEV/2016 (disponível em: www.conab.gov.br)

Nota: Estoque de passagem – Algodão, feijão e soja: 31 de dezembro – Arroz 28 de fevereiro – Milho 31 de janeiro e Trigo 31 de julho.

INDICADORES

PRODUÇÃO, ÁREA COLHIDA E RENDIMENTO MÉDIO DA SOJA - BRASIL E MAIORES ESTADOS PRODUTORES - 1989-2016

(ESTIMATIVAS FEV/2016)

(Mil toneladas e mil hectares)

ANO	BRASIL			MAIORES ESTADOS PRODUTORES									
	Produção	Área Colhida	Rendimento Médio (kg/ha)	Mato Grosso		Paraná		Goiás		Mato Grosso do Sul		Minas Gerais	
				Produção	Área Colhida	Produção	Área Colhida	Produção	Área Colhida	Produção	Área colhida	Produção	Área colhida
1989/1990	20.101	11.551	1.740,16	2.901	1.503	4.572	2.286	1.411	941	1.934	1.209	875	583
1990/1991	15.395	9.743	1.580,00	2.607	1.100	3.617	1.966	1.659	790	2.300	1.013	963	472
1991/1992	19.419	9.582	2.027,00	3.485	1.452	3.415	1.798	1.804	820	1.929	970	1.003	456
1992/1993	23.042	10.717	2.150,00	4.198	1.713	4.720	2.000	1.968	984	2.229	1.067	1.159	552
1993/1994	25.059	11.502	2.179,00	4.970	1.996	5.328	2.110	2.387	1.090	2.440	1.109	1.234	600
1994/1995	25.934	11.679	2.221,00	5.440	2.295	5.535	2.121	2.133	1.123	2.426	1.098	1.188	600
1995/1996	23.190	10.663	2.175,00	4.687	1.905	6.241	2.312	2.046	909	2.046	845	1.040	528
1996/1997	26.160	11.381	2.299,00	5.721	2.096	6.566	2.496	2.478	991	2.156	862	1.176	523
1997/1998	31.370	13.158	2.384,00	7.150	2.600	7.191	2.820	3.372	1.338	2.282	1.087	1.383	601
1998/1999	30.765	12.995	2.367,00	7.134	2.548	7.723	2.769	3.418	1.325	2.740	1.054	1.336	577
1999/2000	32.890	13.623	2.414,00	8.801	2.905	7.130	2.833	4.073	1.455	2.501	1.107	1.397	594
2000/2001	38.432	13.970	2.751,00	9.641	3.120	8.623	2.818	4.158	1.540	3.130	1.065	1.496	642
2001/2002	42.230	16.386	2.577,00	11.733	3.853	9.502	3.291	5.420	1.902	3.279	1.192	1.949	719
2002/2003	52.018	18.475	2.816,00	12.949	4.420	10.971	3.638	6.360	2.171	4.104	1.415	2.333	874
2003/2004	49.793	21.376	2.329,00	15.009	5.241	10.037	3.936	6.147	2.572	3.325	1.797	2.659	1.066
2004/2005	52.305	23.301	2.245,00	17.937	6.105	9.707	4.148	6.985	2.662	3.863	2.031	3.022	1.119
2005/2006	55.027	22.749	2.419,00	16.700	6.197	9.646	3.983	6.534	2.542	4.445	1.950	2.483	1.061
2006/2007	58.392	20.687	2.822,66	15.359	5.125	11.916	3.979	6.114	2.191	4.881	1.737	2.568	930
2007/2008	60.018	21.313	2.816,00	17.848	5.675	11.896	3.977	6.544	2.180	4.569	1.731	2.537	870
2008/2009	57.166	21.743	2.629,00	17.963	5.828	9.510	4.069	6.836	2.307	4.180	1.716	2.751	929
2009/2010	68.688	23.468	2.927,00	18.767	6.225	14.079	4.485	7.343	2.550	5.308	1.712	2.872	1.019
2013/2014	86.121	30.173	2.854,00	26.442	8.616	14.781	5.010	8.995	3.102	6.148	2.120	3.327	1.238
2014/2015	96.228	32.093	2.998,00	28.018	8.934	17.210	5.225	8.625	3.325	7.178	2.301	3.507	1.319
2015/2016	100.933	33.234	3.037,00	27.457	9.140	18.471	5.444	10.224	3.415	7.582	2.430	4.335	1.445

FONTE: CONAB

INDICADORES

TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB REAL PARA PAÍSES SELECIONADOS – 2003-2014

PAÍSES	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Mundo	3,5	5,0	3,9	5,0	4,9	2,2	-0,4	5,0	3,7	2,9	3,0	2,6
África do Sul	3,0	4,5	5,3	5,6	5,6	3,6	-1,7	2,8	3,3	3,1	2,0	...
Alemanha	-0,7	0,7	0,9	3,9	3,4	0,8	-5,6	3,9	3,7	0,6	0,2	1,58
Argentina	8,8	9,0	9,2	8,4	8,0	3,1	0,1	9,1	8,6	0,9	2,9	...
Bolívia	2,7	4,2	4,4	4,8	4,6	6,1	3,4	4,1	5,2	5,2	6,8	5,46
Brasil	1,1	5,7	3,2	4,0	6,1	5,2	-0,3	7,5	2,7
Canadá	1,9	3,1	3,2	2,6	2,0	1,2	-2,7	3,4	3,0	1,9	2,0	2,44
Chile	3,8	7,0	6,2	5,7	5,2	3,3	-1,0	5,8	5,8	5,4	4,1	1,89
China	10,0	10,1	11,3	12,7	14,2	9,6	9,2	10,3	9,3	7,8
Colômbia	3,9	5,3	4,7	6,7	6,9	3,5	1,5	4,3
Coreia do Sul	2,9	4,9	3,9	5,2	5,5	2,8	0,7	6,5	3,7	2,3	3,0	3,31
Equador	2,7	8,2	5,3	4,4	2,2	6,4	1,0	3,3	8,0	3,6	5,7	3,80
Estados Unidos	2,8	3,8	3,3	2,7	1,8	-0,3	-2,8	2,5	1,6	2,3	2,2	2,39
França	0,8	2,6	1,6	2,6	2,3	0,1	-2,9	1,9	2,1	0,4	0,4	0,39
Índia	8,0	7,0	9,5	9,6	9,3	6,7	8,6	9,3	6,3	4,5	6,6	7,2
Indonésia	4,8	5,0	5,7	5,5	6,3	6,0	4,6	6,2	6,5	6,2	5,8	5,02
Itália	0,2	1,4	1,2	2,1	1,3	-1,1	-5,5	1,7	0,7	-2,3	-1,9	-0,65
Japão	1,7	2,4	1,3	1,7	2,2	-1,1	-5,5	4,7	-0,4	1,7	1,6	-0,15
México	1,4	4,2	3,1	5,0	3,2	1,4	-4,7	5,2	3,9	4,0	1,4	2,15
Paraguai	4,3	4,1	2,1	4,8	5,4	6,4	-4,0	13,1	4,3	-1,2	14,3	4,23
Peru	4,0	5,6	6,3	7,5	8,5	9,1	1,0	8,5	6,5	6,0	5,8	2,34
Reino Unido	4,3	2,5	2,8	3,0	2,6	-0,3	-4,3	1,9	1,6	0,7	1,7	2,82
Rússia	7,4	7,2	6,4	8,2	8,5	5,3	-7,8	4,5	4,3	3,4	7,4	0,63
Tailândia	7,0	6,2	4,5	5,6	4,9	2,5	-2,3	7,8	0,1	6,5	2,9	0,73
Uruguai	0,8	5,0	7,5	4,1	6,5	7,2	2,4	8,4	7,3	3,7	4,4	...
Venezuela	-7,76	18,29	10,32	9,87	8,75	5,28	-3,20	-1,49	4,18

FONTE: Fundo Monetário Internacional, *International Financial Statistics*

Sinal convencional utilizado:

Dado não disponível

INDICADORES

TAXA DE INFLAÇÃO ANUAL MÉDIA PARA PAÍSES SELECIONADOS – 2003-2014

PAÍSES	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Mundo	3,91	4,86	4,90	4,37	4,83	4,73	1,47	4,69	4,97	2,87	3,65	3,22
África do Sul	5,86	1,39	3,40	4,64	7,10	11,54	7,13	4,26	5,00	5,65	5,45	6,38
Alemanha	1,44	1,05	0,60	0,31	1,62	0,81	1,70	0,96	0,97	1,78	2,56	0,91
Argentina	10,50	9,22	8,82	13,53	14,95	23,94	10,28	15,40	17,62	16,39
Bolívia	6,33	7,97	5,94	13,66	7,37	10,38	-2,42	8,78	14,57	6,91	6,01	5,78
Brasil	13,72	8,04	7,21	6,15	5,87	8,33	7,19	8,23	6,97	6,33
Canadá	3,18	2,99	2,83	2,47	4,31	3,42	-2,01	2,68	2,94	3,76	1,37	1,91
Chile	4,97	7,47	7,15	12,65	4,84	0,47	3,84	8,83	3,33	1,30	1,73	4,40
China	1,16	3,88	1,82	1,46	4,75	5,86	-0,70	3,31	5,41	2,65	2,63	1,99
Colômbia	6,47	5,13	15,86	5,78	5,04	7,56	3,41	3,86	6,73	3,17	1,52	2,88
Coreia do Sul	3,40	2,98	1,03	-0,14	2,40	2,96	3,54	3,16	1,58	1,04	0,70	1,27
Equador	10,59	4,26	7,73	8,00	6,65	13,85	-1,36	6,75	6,71	4,40	4,95	3,57
EUA	1,99	2,75	3,22	3,07	2,66	1,96	0,76	1,22	2,06	1,80	1,49	1,62
França	2,09	1,44	2,11	2,24	2,51	2,25	0,51	0,73	1,23	1,20	1,02	0,51
Índia	3,81	3,77	4,25	6,15	6,37	8,35	10,88	11,99	8,86	9,31	10,91	6,35
Indonésia	5,49	8,55	14,33	14,09	11,26	18,15	8,27	8,26	8,12	4,53	4,16	6,39
Itália	2,89	2,59	1,74	1,87	2,60	2,44	2,07	0,40	1,20	1,50	1,53	0,24
Japão	-1,71	-1,35	-1,27	-1,11	-0,91	-1,24	-0,51	-2,19	-1,89	-1,20	-0,62	2,75
México	21,14	8,36	5,21	6,34	4,97	6,06	3,40	4,46	5,37	3,23	1,63	4,02
Paraguai	12,21	8,99	10,08	6,08	9,77	9,34	2,04	6,10	9,83	5,55	-3,80	5,03
Peru	2,30	1,99	2,10	8,29	2,39	1,94	1,56	6,01	5,17	2,08	1,73	3,23
Reino Unido	2,17	2,91	2,81	2,69	2,87	2,89	1,99	3,17	2,13	1,66	1,79	1,46
Rússia											1,29	7,83
Tailândia	1,63	3,31	4,56	4,69	3,55	3,84	1,92	3,66	4,25	1,33	1,67	1,90
Uruguai	16,54	10,10	0,68	6,53	9,42	8,02	5,58	4,66	8,98	7,37	7,62	8,88
Venezuela	34,93	33,95	29,60	17,90	15,45	30,13	7,83	45,94	28,15	14,06	...	62,17

FONTE: Fundo Monetário Internacional, *International Financial Statistics*

Sinal convencional utilizado:

Dado não disponível.

Panorama Econômico – Fevereiro/2016

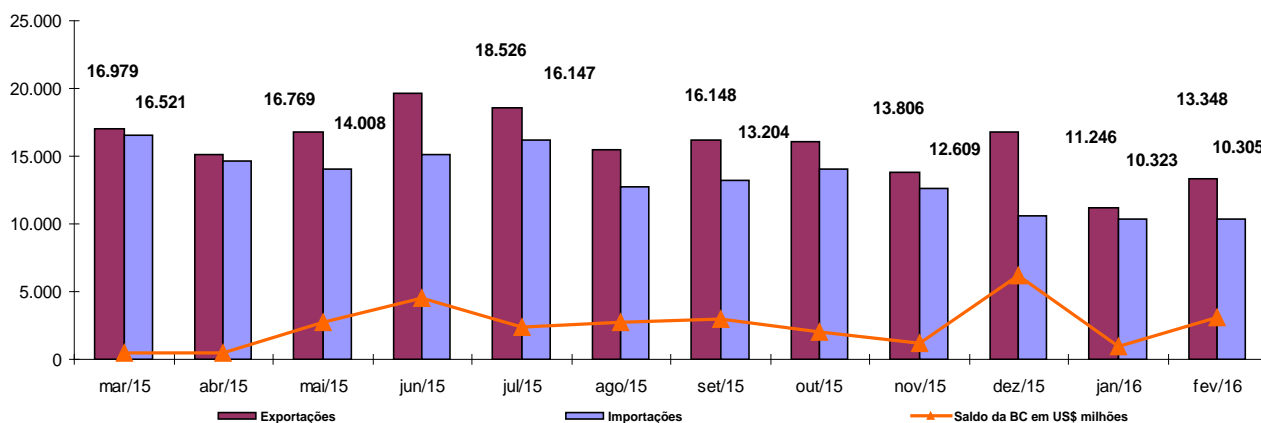
Carlos Ilton Cleto

Comércio Internacional.

Balança Comercial Mensal (Fevereiro/2016) – MDIC

Fato

Em fevereiro, a *Balança Comercial* fechou com *superávit* de US\$ 3,04 bilhões, resultado de *exportações* de US\$ 13,35 bilhões e *importações* de US\$ 10,31 bilhões. A *corrente do comércio* atingiu US\$ 23,65 bilhões. Em doze meses as *exportações* somaram US\$ 189,93 bilhões, e as *importações* US\$ 160,27 bilhões, resultando em *saldo comercial* positivo de US\$ 29,66 bilhões e *corrente do comércio* de US\$ 350,20 bilhões.



FONTE: MDIC

Causa

Utilizando o critério da média diária, na comparação com fevereiro de 2015, houve aumento de 4,6% nas *exportações* e queda de 34,6% nas *importações*, a *corrente do comércio* recuou 17,1%. Frente a janeiro de 2016, as *exportações* tiveram aumento de 24,9%, as *importações* de 5,1%, e a *corrente do comércio* cresceu 15,4%.

Em fevereiro, na comparação com igual mês do ano anterior os bens *semimanufaturados* tiveram aumento de 14,0% e os *manufaturados* 7,9%. Por outro lado os *bens básicos* recuaram 0,5%. Em termos de países, os cinco principais compradores foram: China, Hong Kong e Macau, Estados Unidos, Argentina, Países Baixos e Japão. Pelo mesmo critério de comparação, houve recuo de 54,6% nas *importações de combustíveis e lubrificantes*, de 33,3% nos *bens de capital*, 32,5% nos *bens intermediários* e 20,5% nos *bens de consumo*. Os cinco principais fornecedores para o Brasil foram: China, Hong Kong e Macau, Estados Unidos, Alemanha, Argentina e Coréia do Sul. Em doze meses as *exportações* caíram 13,2%, sobre o mesmo período no ano anterior, as *importações* diminuíram 28,1%.

Consequências

A *Balança Comercial* segue apresentando *saldo positivo*, porém este resultado é mais influenciado pela queda das *importações* do que pelo crescimento das *exportações*. O *cenário de desaquecimento interno*, somado à *apreciação do dólar*, deve continuar contribuindo para resultados.

Atividade

Produção Industrial Mensal (Dezembro/2015) – IBGE

Fato

Em dezembro, a *produção industrial* mostrou variação negativa de 0,7% com relação ao mês anterior. Frente a dezembro de 2014, o recuo foi de 11,9%. No acumulado dos últimos doze meses a queda foi de 8,3%.

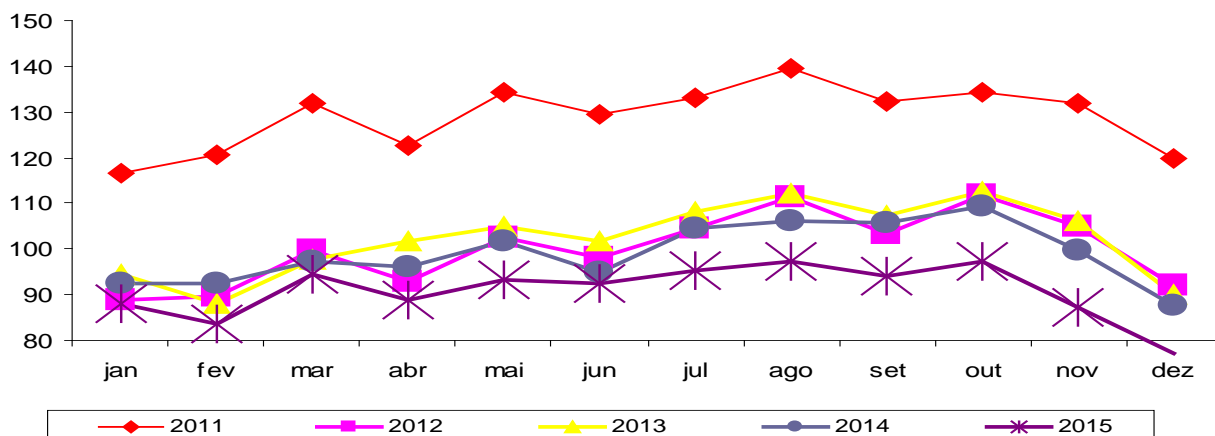
Causa

Na comparação com o mês anterior, entre as categorias de uso, apenas *bens de capital*, apresentou recuo, 8,2%, com a queda mais acentuada desde dezembro de 2014 e o terceiro resultado negativo consecutivo, com perda de 12,6% neste período. Os *bens de consumo duráveis* avançaram 9,4%, os *bens intermediários* 0,7% e os *bens de consumo semi e não-duráveis* 0,3%.

Comparativamente ao mesmo mês do ano anterior, todas as categorias apontaram queda, o maior recuo foi nos *bens de capital*, 31,9%. Os *bens de consumo duráveis* retroagiram 24,7%, os *bens intermediários*, 11,4% e os *bens de consumo semiduráveis e não duráveis* 4,2%.

NO indicador acumulado no ano, a queda mais forte ocorreu na produção de *bens de capital*, 25,5%, seguido de *bens de consumo duráveis* 18,7%. Os *bens de consumo semi e não-duráveis* e os *bens intermediários* também registraram queda, 6,7% e 5,2%, respectivamente.

Produção Industrial BRASIL



FONTE: IBGE - Índice de base fixa mensal sem ajuste sazonal (Base: média de 2002 = 100)

Consequência

Apesar da queda frente ao mês anterior trazer características sazonais, a indústria ao longo dos últimos meses não tem conseguido reagir à crise registrando taxas negativas ou pífiás de crescimento.

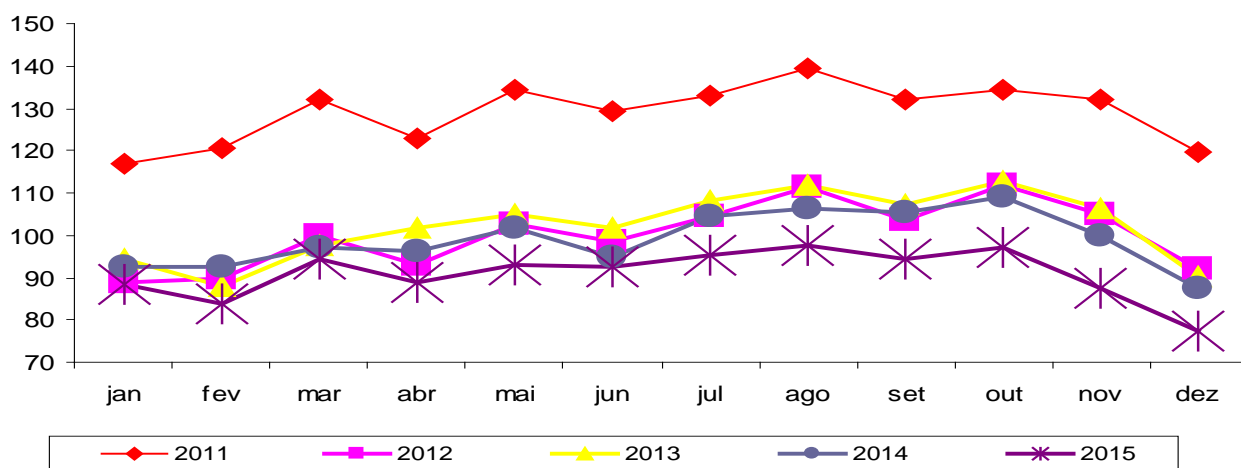
Atividade

Pesquisa Industrial - Regional – Brasil (Dezembro/2015) - IBGE

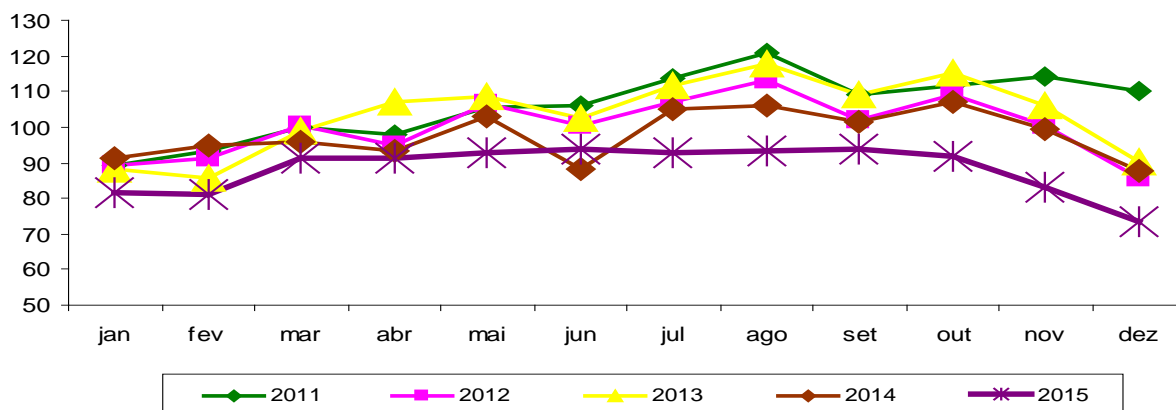
Fato

Entre novembro e dezembro de 2015, a *produção industrial* recuou em nove dos quatorze locais pesquisados, na comparação com dezembro de 2014 a queda ocorreu em treze regiões, e no acumulado do ano, doze dos quinze locais pesquisados, registraram queda. No **Paraná** a *produção industrial* diminuiu 0,7% frente ao mês anterior, caiu 16,1% na comparação com dezembro de 2014 e 9,6% no acumulado no ano.

Produção Industrial BRASIL



Produção Industrial PARANÁ



FONTE: IBGE - Índice de base fixa mensal sem ajuste sazonal (Base: média de 2002 = 100)

Causa

Na comparação com o mês anterior os locais que registraram as maiores quedas foram: Pernambuco, Amazonas e Santa Catarina. Os aumentos ocorreram no Rio Grande do Sul, Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Ceará. No confronto com o mesmo mês do ano anterior, os destaques de recuo foram: Amazonas, Espírito Santo e **Paraná**. Por outro lado, registraram avanço Mato Grosso e Pará. No ano Amazonas, Rio Grande do Sul, São Paulo, Ceará e **Paraná** registraram os maiores recuos, e os principais avanços foram no Pará, Mato Grosso e Espírito Santo.

No **Estado do Paraná**, na comparação com o mesmo mês no ano anterior, das treze atividades pesquisadas, onze registraram recuo. Os maiores impactos negativos vieram dos setores de *veículos automotores, reboques e carrocerias, máquinas e equipamentos, outros produtos químicos, máquinas, aparelhos e materiais elétricos, produtos de minerais não-metálicos, bebidas e produtos de metal*. Por outro lado, a principal variação positiva foi em *coque, produtos derivados do petróleo e bicompostíveis*.

Consequência

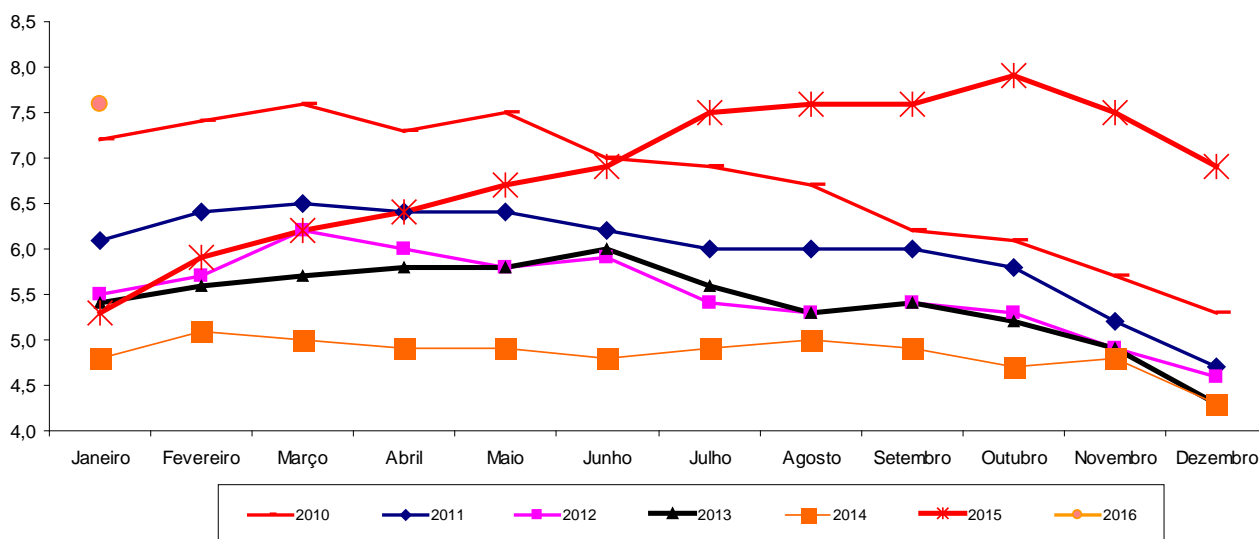
A generalizada queda frente ao mês anterior, apesar de ser influenciada parcialmente por questões sazonais, aponta descontinuidade em uma eventual recuperação do setor.

Atividade

Pesquisa Mensal de Emprego (Janeiro/2016) – IBGE

Fato

Em janeiro, a *taxa de desocupação* foi de 7,6%, crescendo 0,7 p.p. frente a dezembro de 2015, e 2,3 p.p. com relação a janeiro do ano anterior. A *população ocupada* recuou 1,0% frente ao mês anterior e 2,7% no confronto com o mesmo mês de 2015. O *rendimento médio real habitual da população ocupada*, R\$ 2.242,90, recuou 1,3% no mês e 7,4% no ano. A *massa de rendimentos real habitual* recebida pela *população ocupada* foi de R\$ 52,1 bilhões, com queda de 2,5% em relação a dezembro e recuo de 10,4% frente a janeiro de 2015.



FONTE: IBGE

Causa

A população ocupada, na análise dos resultados com relação aos principais Grupamentos de Atividade, frente ao mês anterior, houve queda em Educação, saúde, serviços sociais, administração pública, defesa e seguridade social, 2,8% e Serviços domésticos, 6,4%. Na comparação com janeiro de 2014, houve retração na Indústria, 8,5% e crescimento em Outros serviços, 3,4%.

Com relação ao rendimento médio, frente ao mês anterior, no que se refere às categorias de posição na ocupação, o maior aumento foi em Pessoas que trabalham por conta própria, 3,4%. Ocorreram quedas em: Militares e funcionários públicos, 3,0% e Empregados com carteira de trabalho assinada no setor privado, 1,3%. Na comparação com janeiro de 2015, todas as categorias de posição na ocupação tiveram recuo sendo o maior em Empregados com carteira de trabalho assinada no setor privado, 6,1%.

Consequência

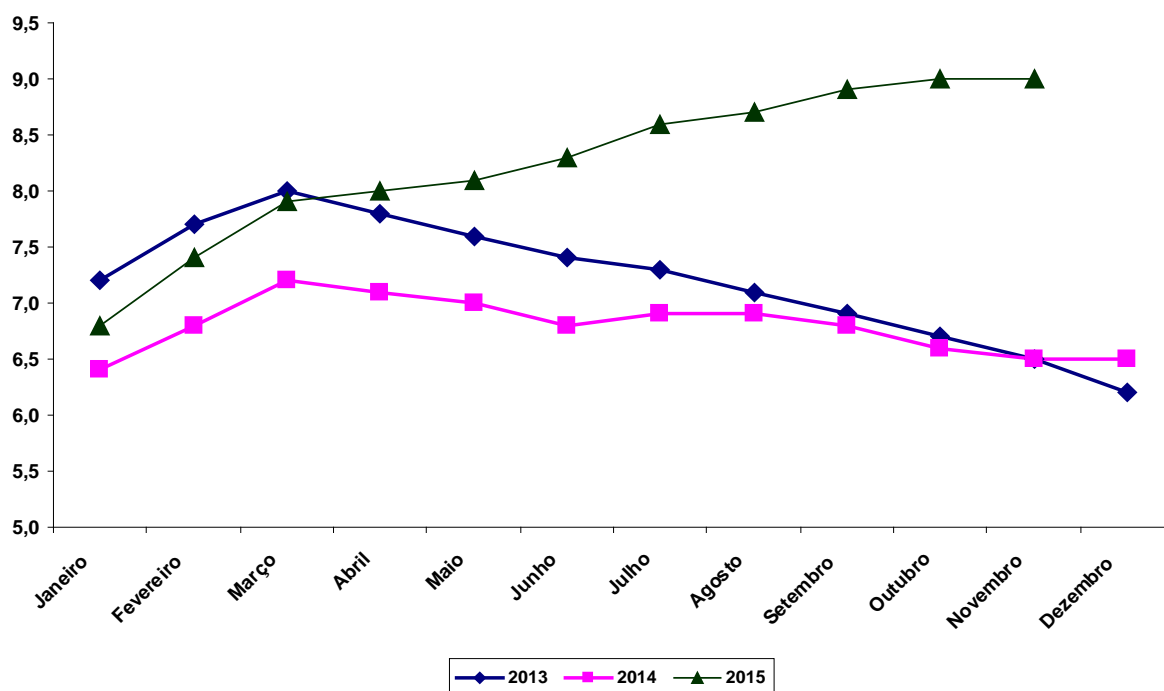
Parte do aumento da *taxa de desocupação* com relação a dezembro pode ser atribuída a *fatores sazonais*, porém, o patamar segue elevado e para o restante do ano, diante do cenário de baixo crescimento que se configura, a expectativa é de variações negativas mais intensas.

Atividade

PNAD Contínua – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (trimestre encerrado em novembro de 2015) – IBGE

Fato

A *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio* apontou, para o trimestre encerrado em novembro de 2015, *taxa de desocupação* de 9,0%, com aumento de 0,3 p.p. frente ao trimestre encerrado em agosto e crescimento de 2,5 p.p. na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior.



FONTE: IBGE

Causa

No trimestre encerrado em novembro, havia cerca de 9,1 milhões de *peças desocupadas*, no trimestre encerrado em agosto o número de *peças desocupadas* era de 8,8 milhões, portanto houve um acréscimo de 3,7%, ou mais de 323 mil pessoas. Na comparação com o mesmo trimestre de 2014, o aumento foi de 41,5%, significando um aumento de 2,7 milhões de *peças desocupadas na força de trabalho*.

O *rendimento médio real habitualmente recebido* foi estimado em R\$ 1.899, mantendo estabilidade na comparação com o trimestre encerrado em agosto e frente ao mesmo trimestre do ano anterior. A *massa de rendimento médio real habitualmente recebido* em todos os trabalhos pelas pessoas ocupadas foi estimado em R\$ 169,9 bilhões, registrando estabilidade em ambas as comparações.

Consequência

Decorrente da forte queda na *atividade econômica* a *taxa de desemprego* ainda segue em patamar elevado, não existindo sinalizações para melhora, apontando para um crescimento na *taxa de desocupação* nos próximos meses.

Atividade

Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (Janeiro/2016) – IBGE

Fato

O *Levantamento Sistemático da Produção Agrícola* apontou para uma *produção* de 210,7 milhões de toneladas em 2016, 0,6% superior à *produção* obtida no ano de 2015. A *área a ser colhida* de 58,5 milhões de hectares apresentou acréscimo de 1,3% frente à *área colhida* no ano anterior. O Mato Grosso aparece como o maior *produtor nacional de grãos*, com 24,0% da produção nacional, seguido pelo **Paraná**, com 17,8% e Rio Grande do Sul, 14,9%, os três Estados somam 56,7% do total da produção.

Causa

As produções de *arroz milho* e *soja*, que correspondem a 86,3% da área plantada e 92,7% do total da produção tiveram as seguintes variações para a produção, crescimento de 5,8% para a *soja* e queda de 3,8% e 5,6% para as produções de *arroz* e *milho*, respectivamente.

O *levantamento sistemático da produção agrícola* registrou variação positiva para 15 dos 26 produtos pesquisados: *amendoim em casca 1ª e 2ª safras*, *aveia em grão*, *batata-inglesa 1ª safra*, *cacau em amêndoa*, *café em grão – arábica*, *café em grão – canephora*, *cebola*, *cevada em grão*, *feijão em grão 1ª e 2ª safras*, *mamona em baga*, *mandioca*, *soja em grão* e *trigo em grão*.

Em sentido contrário, deverão apresentar redução na quantidade produzida: *algodão herbáceo em caroço*, *arroz em casca*, *batata-inglesa 2ª e 3ª safras*, *cana-de-açúcar*, *feijão em grão 3ª safra*, *laranja*, e *milho em grão 1ª e 2ª safras*, *sorgo em grão* e *triticale em grão*

A *distribuição regional da safra* ficou da seguinte forma: Centro-Oeste, 88,4 milhões de toneladas, Região Sul, 75,2 milhões de toneladas, Sudeste, 20,2 milhões de toneladas, Nordeste, 19,6 milhões de toneladas e Norte, 7,3 milhões de toneladas.

Consequência

O prognóstico apresenta em 2016 uma *produção* superior a de 2015 e a expectativa é que neste ano deveremos apresentar *safra agrícola recorde*.

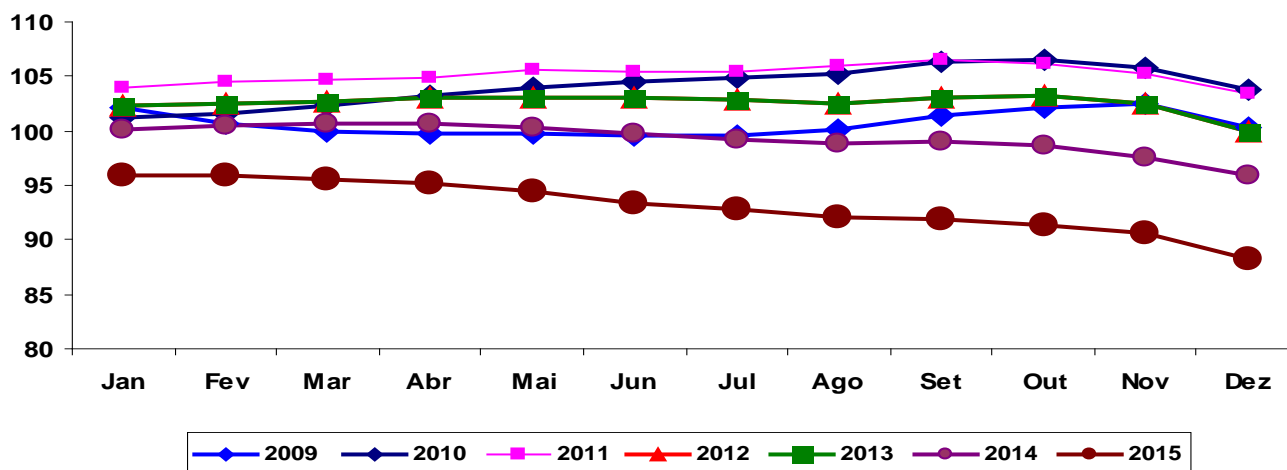
Atividade

Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário - PIMES (Dezembro/2015) – IBGE

Fato

A Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário do mês de dezembro de 2015 apresentou as seguintes informações:

BRASIL	DEZ-15 / NOV-15	DEZ-15 / DEZ-14	Acumulado em 12 meses
Pessoal Ocupado Assalariado	-0,6%	-7,9%	-6,2%
Nº. de Horas Pagas	-0,1%	-7,4%	-6,7%
Folha de Pagamento Real	0,0%	-11,5%	-7,9%



FONTES: IBGE - Índice de base fixa mensal sem ajuste sazonal (Base: janeiro de 2001 = 100)

Causa

Na comparação com igual mês do ano anterior, o indicador de *Pessoal Ocupado Assalariado* recuou nos dezoito segmentos pesquisados, com os principais impactos negativos provenientes de *meios de transporte, máquinas e aparelhos eletroeletrônicos e de comunicações, máquinas e equipamentos, borracha e plástico, vestuário, produtos de metal, minerais não-metálicos, outros produtos da indústria de transformação, alimentos e bebidas, produtos têxteis, metalurgia básica, calçados e couro, papel e gráfica, madeira, indústrias extrativas, e produtos químicos*.

O *Número de Horas Pagas* caiu 7,4%, na comparação com o mesmo mês do ano anterior. Todos os dezoito setores industriais registraram queda, vindo, as maiores contribuições negativas de *meios de transporte, máquinas e aparelhos eletroeletrônicos e de comunicações, máquinas e equipamentos, borracha e plástico, vestuário, produtos de metal, vestuário, outros produtos da indústria de transformação, minerais não-metálicos, produtos têxteis, calçados e couro, alimentos e bebidas, metalurgia básica, papel e gráfica, madeira e indústrias extrativas*.

Com relação à *Folha de Pagamento Real*, comparativamente ao mesmo mês do ano anterior, houve recuo em todos os setores, as quedas mais significativas ocorreram em *meios de transporte, máquinas e equipamentos, máquinas e aparelhos eletroeletrônicos e de comunicações, alimentos e bebidas, produtos de metal, metalurgia básica, indústrias extrativas, borracha e plástico, outros produtos da indústria de transformação, papel e gráfica, calçados e couro, minerais não-metálicos, produtos têxteis, refino de petróleo e produção de álcool, produtos químicos e vestuário*.

Consequência

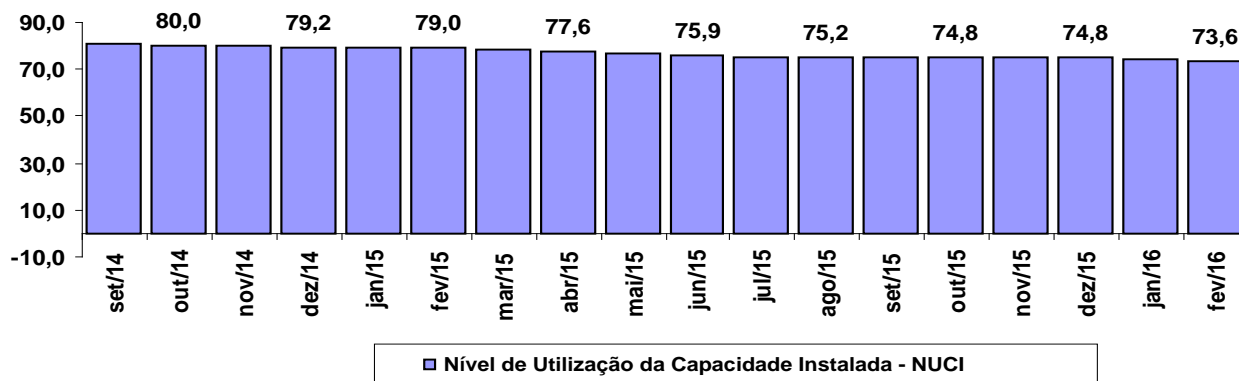
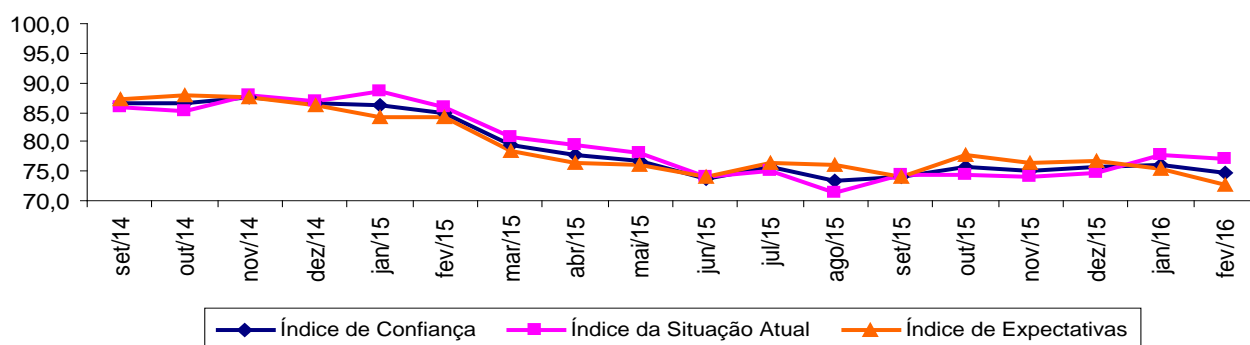
As informações apresentadas para o *setor industrial* a partir de diversos levantamentos seguem apontando retração. Para os próximos períodos não existem sinalizações de recuperação para o *emprego industrial*.

Atividade

Sondagem da Indústria (Fevereiro/2016) – FGV

Fato

Na passagem de janeiro para fevereiro, o *Índice de Confiança da Indústria* recuou 1,5 pontos, passando de 76,2 para 74,7 pontos. O *Índice da Situação Atual* diminuiu 0,5 pontos para 77,1 pontos e o *Índice de Expectativas* caiu de 75,4 para 72,6 pontos. A *utilização da capacidade instalada* recuou 0,5 pontos, atingindo 73,6% o menor nível da série histórica iniciada em 2001.



FONTES: FGV

Causa

No índice pertinente a *situação atual* – ISA, houve piora na percepção com relação ao *nível de demanda atual*, com queda de 2,3 pontos, para 74,8 pontos, o menor nível histórico. No que tange ao *Índice das Expectativas* - IE, o indicador que mede o *ímpeto de contratações nos três meses seguintes* foi o que exerceu a maior influência negativa, com recuo de 5,2 pontos.

Consequências

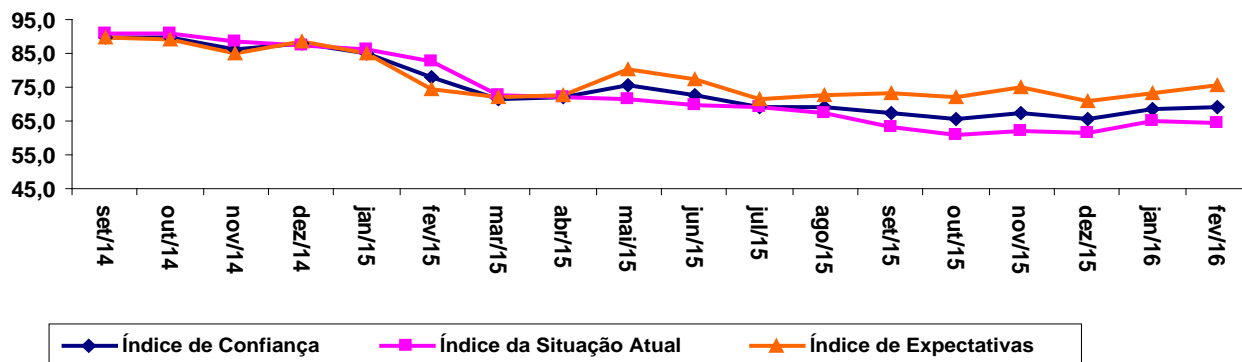
O ICI confirma o período de arrefecimento na *atividade industrial*, embora a queda venha perdendo ritmo. Para os próximos meses a expectativa é de recuperação, ainda que de forma lenta, devendo comprometer o primeiro semestre.

Atividade

ICom - Sondagem do Comércio (Fevereiro/2016) – FGV

Fato

O *Índice de Confiança do Comércio - ICom* subiu 0,7 ponto frente ao mês anterior, atingindo 69,1 pontos, o maior nível desde agosto passado. O *Índice a Situação Atual – ISA* caiu 0,7 ponto, após subir 3,6 pontos em janeiro, atingindo 64,4 pontos, e o *Índice de Expectativas - IE* cresceu 2,1 pontos, chegando a 75,3 pontos.



FONTE: FGV Trimestre

Causa

O avanço do ICOM no mês deve-se principalmente pela melhora da percepção dos empresários em relação ao *otimismo com as vendas previstas para os próximos três meses*. No **ISA-COM**, destacou-se a avaliação menos favorável sobre o *volume atual da demanda*.

Consequência

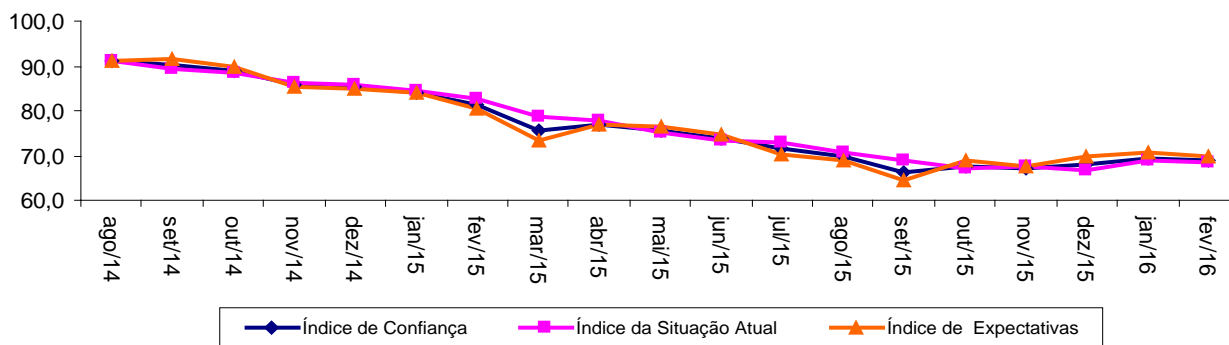
Apesar de apresentar algum avanço frente ao mês anterior, o índice segue em patamar extremamente baixo, permanecendo incerta a tendência para os próximos meses.

Atividade

Sondagem de Serviços (Fevereiro/2016) – FGV

Fato

O *Índice de Confiança de Serviços - ICS* reduziu-se 0,7 pontos entre janeiro e fevereiro, passando de 69,5 para 68,8 pontos. O *Índice da Situação Atual – ISA* caiu 0,6 pontos passando de 69,0 para 68,4 pontos. O *Índice de Expectativas - IE* caiu 0,7 pontos atingindo 69,8 pontos.



FONTE: FGV

Causa

No *ISA*, destacou-se a avaliação menos favorável sobre o *volume de demanda atual*, com recuo de 0,7 pontos.

Nas *expectativas*, houve redução de 1,4 pontos no indicador que mede o grau de otimismo em relação à evolução da *situação dos negócios nos seis meses seguintes*.

Consequência

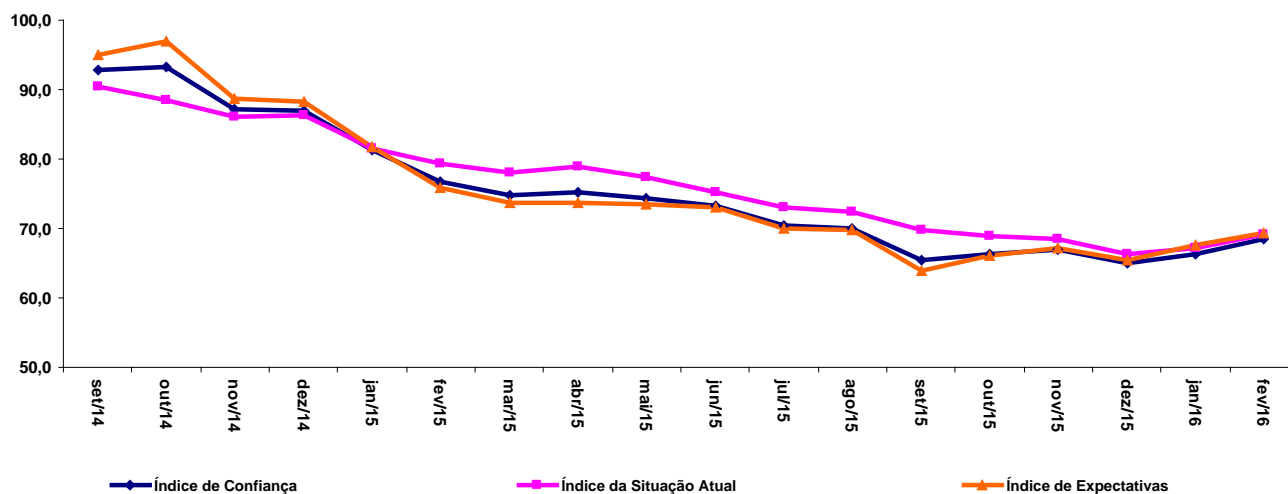
O indicador retrata um setor em contínua desaceleração, decorrente da inflação elevada e do desaquecimento da atividade econômica. Para o primeiro semestre não é esperada recuperação.

Atividade

ICC – Índice de Confiança do Consumidor (Fevereiro/2016) – FGV

Fato

Entre os meses de janeiro e fevereiro, o ICC cresceu 2,1 pontos passando de 66,4 para 68,5 pontos. O índice da *Situação Atual* avançou 2,0 pontos, de 67,1 para 69,1 pontos, e o *Índice das Expectativas* subiu 1,8 pontos, de 67,6 para 69,4 pontos.



FORNTE: FGV

Causa

Com referência a *situação presente*, o indicador que mede a *situação econômica atual* aumentou 2,2 pontos, atingindo 73 pontos, o melhor nível desde setembro de 2015. O quesito que mais contribuiu para o resultado favorável do ICC está relacionado com as *perspectivas das finanças familiares*. O indicador que mede o grau de *satisfação com a situação financeira das famílias nos meses seguintes* subiu 5,9 pontos, de 70,2 para 76,1 pontos.

Consequência

A *confiança do consumidor* apresentou alguma reação se mostrando menos pessimista, todavia, ainda é cedo para apontar uma tendência de melhora no cenário.

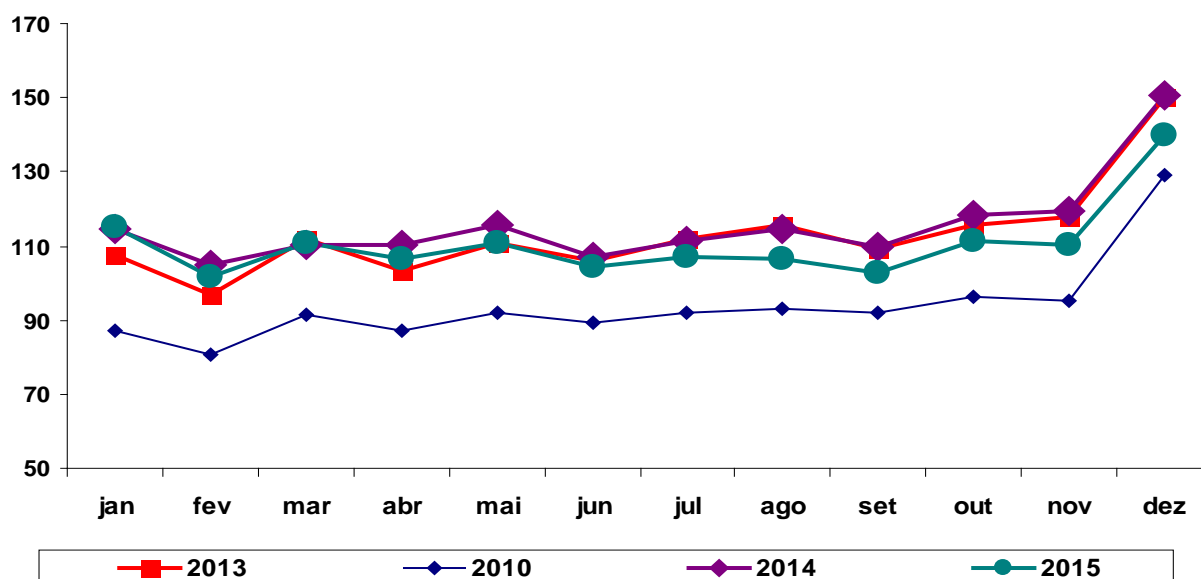
Atividade

Pesquisa Mensal do Comércio (Dezembro/2015) – IBGE

Fato

No mês de dezembro frente ao mês anterior, o *volume de vendas do comércio varejista* diminuiu 2,7%, e a *receita nominal* caiu 1,9%. Nas demais comparações, sem ajustamento, as taxas para o *volume de vendas* foram de negativos 7,1% sobre dezembro de 2014 e negativos 4,3% no acumulado do ano. A *receita nominal* obteve taxas de 2,8% com relação a igual mês de 2014 e 3,2% no acumulado no ano.

No *comércio varejista ampliado* o *volume de vendas* apresentou as seguintes variações, queda de 0,9% frente a novembro 2015, recuou de 11,0% no comparativo com o mesmo mês do ano anterior e retração de 8,6% no acumulado no ano. A *receita nominal* teve variações de negativos 0,2% frente ao mês anterior, negativos 2,7% em relação a dezembro de 2014 e negativos 1,9% no acumulado do ano.



FONTE: IBGE Índices de volume e de receita nominal de vendas no comércio varejista por tipos de índice (2003 = 100)

Causa

No confronto com dezembro de 2014, no que tange ao *volume de vendas*, sete das oito atividades apresentaram variações negativas. Por ordem de contribuição no resultado global, foram: *Móveis e eletrodomésticos*, 17,7%, *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo*, 3,7%, *Tecidos, vestuário e calçados*, 10,3%, *Outros artigos de uso pessoal e doméstico*, 7,9% e *Combustíveis e lubrificantes*, 2,0%, e *Equipamentos e material para escritório, informática e comunicação*, 15,4% e *Livros, jornais, revistas e papelaria*, 14,9%. A única atividade que apresentou variação positiva foi: *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos*, com avanço de 3,1%. Considerando ainda a comparação com dezembro de 2014, nas atividades do *comércio varejista ampliado*, *Veículos, motos, partes e peças*, teve variação negativa de 20,0% e *Material de construção* 13,0%.

Consequência

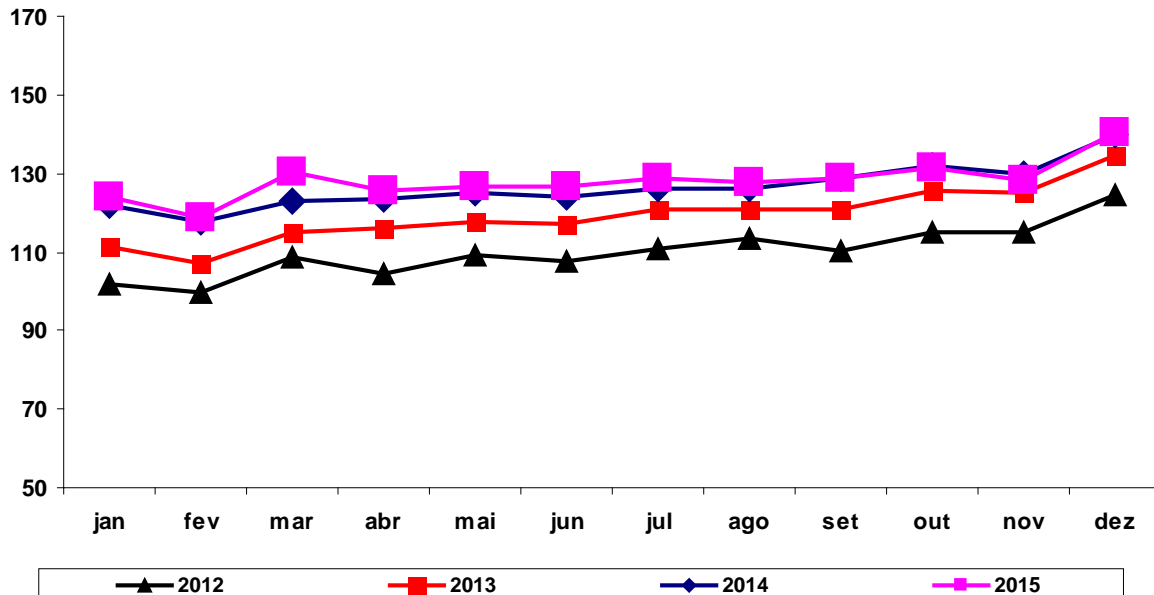
No comparativo com o mesmo mês do ano anterior, a *atividade comercial* apresenta retração que pode ser explicada pela desaceleração do ritmo de crescimento da *massa real de salário* e piora nas *condições de acesso ao crédito*.

Atividade

Pesquisa Mensal de Serviços (Dezembro/2015) – IBGE

Fato

No mês de dezembro frente a igual mês do ano anterior, o *volume de serviços* caiu 5,0% e a *receita nominal dos serviços* cresceu apenas 0,3%. No acumulado do ano a taxa do *volume de serviços* ficou em negativos 3,6%, e a da *receita nominal* cresceu 1,3%.



FONTE: IBGE Índices de volume e de receita nominal de vendas no comércio varejista por tipos de índice (2003 = 100)

Causa

No confronto com dezembro de 2014, todos os segmentos para o *volume* tiveram queda a maior contribuição negativa veio de *Transportes, serviços auxiliares dos transportes e correio* com 2,1 p.p., com destaque para *transporte terrestre*. Também tiveram contribuição expressiva, *Serviços profissionais, administrativos e complementares* e *Outros Serviços*.

Consequência

A queda registrada no mês foi inferior a dos dois meses anteriores, porém ainda está negativa e elevada. O desempenho ao longo do ano foi condicionado principalmente pelo recuo da *massa salarial*.

Inflação

IGP-10 (Fevereiro/2016) – FGV

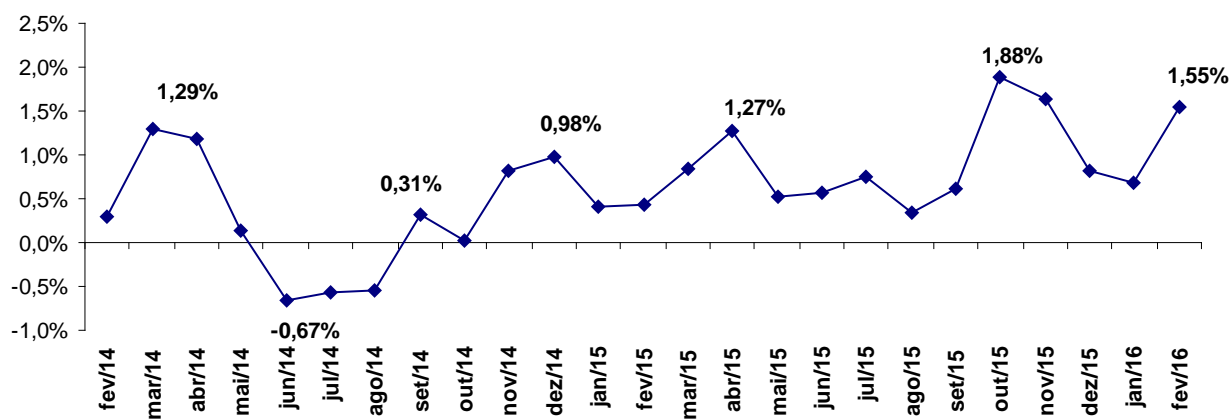
Fato

Em fevereiro, o **IGP-10** registrou variação de 1,55%, 0,86 p.p. acima da inflação de janeiro. Em doze meses, o índice acumula variação de 12,05%.

Causa

No mês de janeiro, o **IPA** apresentou variação superior a do mês anterior em 1,06 p.p., apresentando variação de 1,69%. Na composição deste índice as *Matérias-Primas Brutas* avançaram 1,60 p.p., atingindo valor de 1,96%, com destaque para *soja, bovinos e minério de ferro*, os *Bens Intermediários* aumentaram 1,13 p.p., chegando a 1,34%, no qual se sobressaiu o subgrupo *materiais e componentes para a manufatura*. O grupo *Bens Finais* acelerou-se em 0,56 p.p., decorrente de *bens de consumo não duráveis, exceto alimentação e combustíveis*.

O **IPC** registrou aceleração de 0,59 p.p., atingindo 1,64%, com o principal avanço em *Transporte*, com destaque para o item *tarifa de ônibus urbano*. Todos os demais grupos também registraram aceleração. O **INCC** teve aquecimento de 0,15 p.p., com acelerações em todos os seus componentes.



FONTE: FGV

Consequência

O **IGP-10** apresentou forte aceleração e o patamar elevado irá trazer reflexos nos valores acumulados, podendo influenciar em uma condução mais austera da *Política Econômica*, apesar do baixo crescimento da *produção*.

Inflação

IGP-M (Fevereiro/2014) – FGV

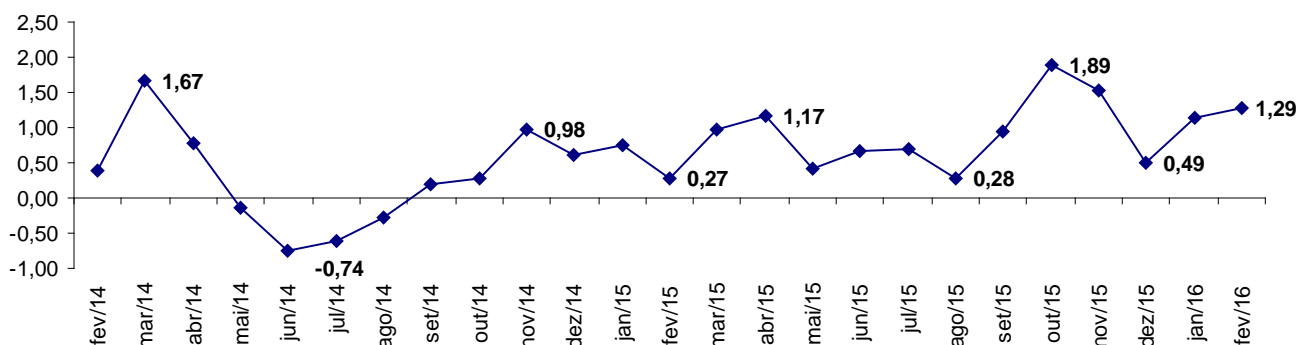
Fato

O IGP-M variou 1,29%, em fevereiro, 0,15 p.p. acima da variação de janeiro. Em doze meses o acumulado é de 12,08%.

Causa

Dos índices que compõe o IGP-M, o IPA, que responde por 60% na composição do índice, registrou aceleração de 0,31 p.p., com destaque para *Matérias-Primas Brutas*, que avançou 0,98 p.p., decorrente principalmente da variação dos preços de: *milho, bovinos e cana-de-açúcar* e dos *Bens Intermediários* que tiveram variação 0,47 p.p. maior, com o subgrupo *materiais e componentes para a manufatura* sendo o principal responsável pelo aquecimento. Os *Bens Finais* recuaram 0,41 p.p. decorrente principalmente da redução nos preços dos *alimentos in natura*.

O IPC recuou 0,29 p.p., com o principal decréscimo em *Alimentação*, como consequência do comportamento das *hortaliças e legumes*. Também apresentaram recuo em suas taxas de variação: *Educação, Leitura e Recreação, e Vestuário*. O INCC apresentou aceleração de 0,20 p.p., com avanços em *Materiais e Equipamentos, e Serviços* 0,01 p.p. e *Mão de Obra*, 0,36 p.p.



FONTE: FGV

Consequência

O IGP-M, a exemplo de outros *índices inflacionários*, segue em patamar elevado, porém apresentando aceleração menos intensa do que a de janeiro.

Inflação

IGP-DI (Janeiro/2015) – FGV

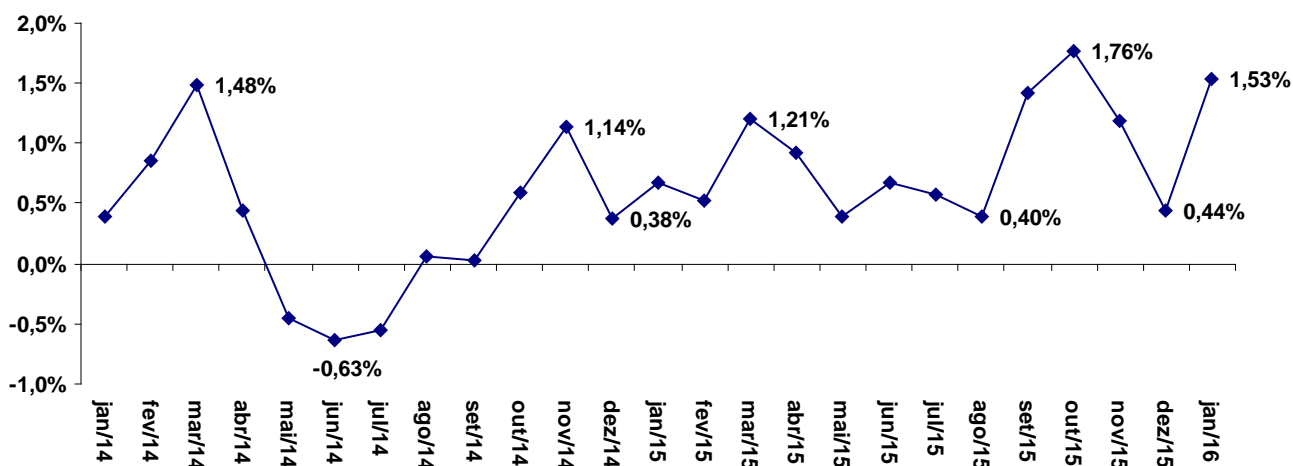
Fato

O Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (**IGP-DI**) registrou variação 1,53% em janeiro, acelerando 0,29 p.p. ante a *inflação* registrada em dezembro. Em doze meses a variação foi de 4,06%.

Causa

Em janeiro, o **IPA** apresentou variação de 1,63%, crescendo 1,33 p.p. frente ao mês anterior, em decorrência do avanço nas *Matérias-Primas Brutas*, 1,76 p.p., com destaque para *milho, minério de ferro e soja*. Os *Bens Intermediários* apresentaram aceleração de 1,38 p.p., destacando-se o aumento nos preços dos *materiais e componentes para a manufatura* e os *Bens Finais* tiveram variação 1,09 p.p. maior, causada pelo avanço nos preços de *bens de consumo não duráveis exceto alimentação e combustíveis*.

O **IPC** avançou 0,90 p.p., influenciado pela maior variação em *Educação, Leitura e Recreação* com destaque para *cursos formais*. Também tiveram variações maiores, *Habitação, Transportes, Alimentação, Despesas Diversas e Comunicação*. O **INCC** teve aceleração de 0,10 p.p., com aceleração em todos os seus componentes.



FONTE: FGV

Consequência

Após o recuo de dezembro o índice voltou a ter *aceleração*, condicionado principalmente pelas *Matérias-Primas Brutas*. Para os próximos meses a expectativa é de continuidade no avanço.

Inflação

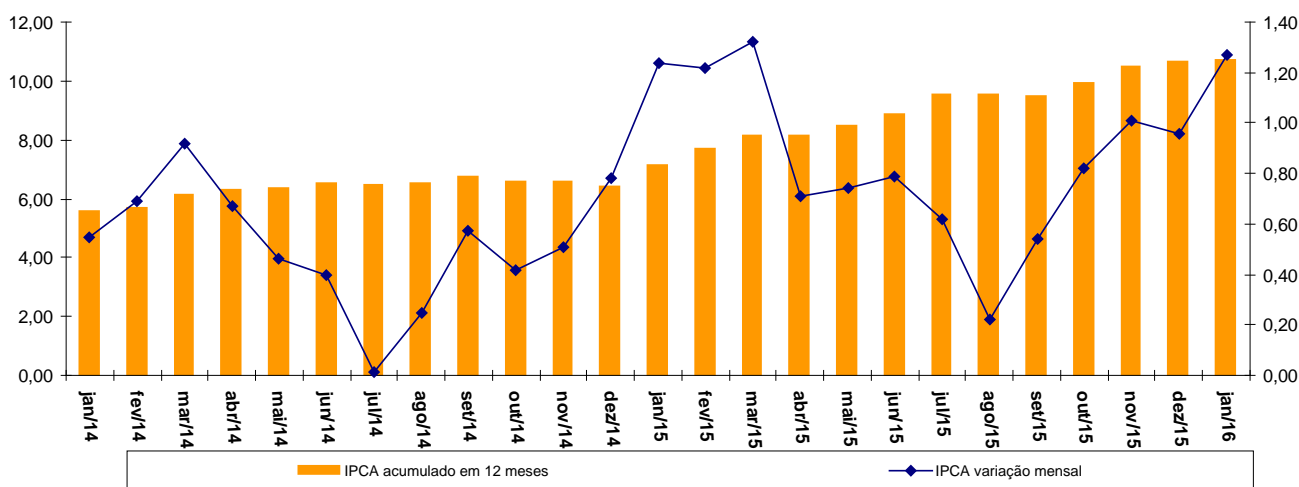
IPCA (Janeiro/2015) – IBGE

Fato

O *IPCA* variou 1,27% em janeiro, 0,31 p.p. acima da variação de dezembro, sendo o maior índice para o mês de janeiro fevereiro de 2003. O índice acumulado em doze meses é de 10,71%, superior ao registrado nos doze meses imediatamente anteriores, 10,67%. Em **Curitiba** o índice desacelerou 0,41 p.p., registrando variação de 0,73%.

Causa

A maior variação registrada no mês se deve principalmente aos grupos *Alimentação e Bebidas* e *Transporte*, sendo responsáveis por 71% do índice. Nos Alimentos sobressaíram a *cenoura, tomate, cebola e batata-inglesa*. Nos *Transportes*, o aumento foi principalmente influenciado por *transporte público e combustíveis*.



FONTE: IBGE

Consequência

Desde agosto o *IPCA* vem apresentando forte aceleração, não sendo esperado para os próximos meses arrefecimento. Tal fato pode ensejar uma *política de juros* ainda mais austera.

Inflação

IPCA - 15 (Fevereiro/2016) – IBGE

Fato

O IPCA – 15 registrou variação de 1,42% em fevereiro, apresentando elevação de 0,50 p.p. frente ao mês anterior. No ano e nos últimos doze meses os acumulados são 2,35% e 10,84%, respectivamente. Em **Curitiba** a variação foi de 1,14%, 0,61 p.p. acima do registrado no mês anterior, acumulando 1,67% no ano e 12,32% em 12 meses.

Causa

As pressões mais fortes sobre o índice vieram dos grupos Alimentação e Bebidas, 1,92% e impacto de 0,49 p.p. Transportes, com elevação de 1,65% e impacto de 0,30 p.p. e Educação, com aumento de 5,91% e impacto de 0,27 p.p. O maior impacto individual no mês foi a elevação nos *cursos regulares*, 7,41%.

Consequência

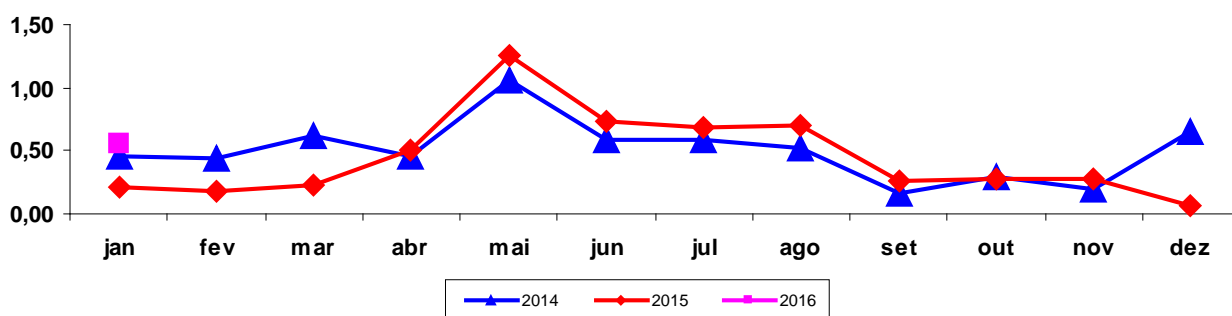
O aumento no mês deveu-se a *fatores sazonais*, notadamente o item cursos regulares, porém a inflação encontra-se em patamar elevado e deverá trazer repercussões sobre as *políticas monetária e fiscal*.

Inflação

Custos e Índices da Construção Civil (Janeiro/2015) – IBGE - Caixa Econômica Federal

Fato

O Índice Nacional da Construção Civil variou 0,55% em janeiro, 0,49 p.p. acima da variação de dezembro. O custo nacional por metro quadrado passou de R\$ 963,39, em dezembro, para R\$ 968,70 em janeiro sendo R\$ 518,13 relativos aos *materiais* e R\$ 450,57 à *mão-de-obra*. No **Estado do Paraná**, a variação mensal foi de 0,37% e em doze meses 7,22%, chegando o custo por metro quadrado a R\$ 999,97.



FONTE: IBGE e CAIXA

Causa

Na composição do índice a parcela dos *materiais* variou 0,40%, 0,29 p.p. acima do índice de dezembro, e a componente *mão-de-obra*, aumentou a taxa de variação em 0,72 p.p., passando de estabilidade em dezembro para 0,72% em janeiro.

Os *custos regionais*, por metro quadrado, foram: R\$ 1.004,39 no Sudeste, R\$ 1.000,59 no Norte, R\$ 981,50 no Centro-Oeste, R\$ 1.001,65 no Sul e R\$ 899,55 no Nordeste.

Consequência

Em fevereiro o índice não deverá apresentar aceleração mais intensa, o que só deve ocorrer em março, decorrente do reajuste salarial em alguns Estados, o que irá se repetir com intensidade maior em maio, como consequência do *dissídio* da categoria em São Paulo.

Inflação

IPP - Índices de Preço ao Produtor (Dezembro/2015) – IBGE

Fato

O IPP apresentou variação negativa de 0,32% em dezembro, ficando, portanto 0,10 p.p. superior à variação do mês anterior e 0,51 p.p. menor do que a do mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano à variação foi de 8,84%.

Causa

No mês, frente ao mês imediatamente anterior, treze das vinte e quatro atividades apresentaram variações positivas, as maiores variações foram em *indústrias extrativas, impressão, confecção de artigos do vestuário e acessórios e outros produtos químicos* e as maiores influências vieram de *outros produtos químicos, indústrias extrativas, alimentos e veículos automotores*.

No acumulado do ano, as maiores variações ocorreram em *outros equipamentos de transporte, fumo, papel e celulose e alimentos*. As maiores influências vieram de *alimentos, outros produtos químicos, papel e celulose e outros equipamentos de transporte*.

Consequência

Apesar do recuo no mês, o *índice de preços ao produtor* acumulado em doze meses apresentou crescimento frente ao mês anterior, o que deve influenciar o comportamento futuro dos *preços no varejo*.

Operações de Crédito

Nota à Imprensa (Janeiro/2016) - BACEN

Fato

O estoque *das operações de crédito do sistema financeiro* atingiu R\$ 3.199 bilhões em janeiro. A relação entre o *crédito total e o PIB* situou-se em 53,7%, caindo 0,6 p.p. frente ao mês anterior e crescendo 0,9 p.p. na comparação com janeiro de 2015. A *taxa média geral de juros das operações de crédito do sistema financeiro*, computadas as operações com *recursos livres e direcionados* atingiu 31,4% a.a., e a *taxa de inadimplência*, 3,5%.

Causa

O *volume total das operações de crédito* em janeiro diminuiu 0,6% frente ao mês anterior e cresceu 6,2% em doze meses. Os *empréstimos contratados com recursos livres*, que representam 50,6% do total, atingiram R\$ 1.617 bilhões, caindo 1,2% no mês e aumentando 3,3% com relação a janeiro de 2015. No segmento de *pessoa jurídica*, houve retração de 2,3% no mês, totalizando R\$ 813 bilhões. Os *empréstimos realizados às pessoas físicas* diminuíram 0,1%, chegando a R\$ 804 bilhões.

No *crédito direcionado* houve estabilidade no mês e expansão de 9,3% em doze meses, chegando a R\$ 1.583 bilhões. A estabilidade resultou de crescimento mensal 0,5% nos financiamentos a *pessoas físicas* e recuo de 0,3% para *pessoas jurídicas*. No segmento de *pessoas físicas* destacaram os *financiamentos imobiliários* e no segmento a *pessoas jurídicas* houve retração na carteira de *crédito rural*.

As *taxas médias geral de juros* aumentaram 1,7 p.p. no mês e 6,5 p.p. nos últimos doze meses. Para *pessoa física* a *taxa média de juros* atingiu 39,2% a.a., com elevação de 1,3 p.p. no mês e 7,2 p.p. em doze meses. Nas *pessoas jurídicas*, houve acréscimo de 2,0 p.p. no mês e 5,3 p.p. em doze meses, atingindo 22,7% a.a.

No *spread bancário* ocorreu crescimento de 1,6 p.p. no mês e 4,1 p.p. em doze meses, alcançando 20,1 p.p., sendo 11,5 p.p. para pessoas jurídicas e 27,8 p.p. para pessoas físicas. A *taxa de inadimplência do sistema financeiro* situou-se em 3,5%, com crescimento de 0,1 p.p. no mês e 0,7 p.p. em doze meses. Para *pessoas físicas* a inadimplência é de 4,3% e para *pessoas jurídicas*, 2,7%.

Consequência

O crescimento do *crédito* vem perdendo aceleração, principalmente em decorrência do baixo ritmo de retomada da *atividade econômica*, para os próximos períodos a tendência é de *crescimento marginal*.

Setor Externo

Nota à Imprensa (Janeiro/2016) - BACEN

Fato

Em janeiro, as *Transações Correntes* registraram *déficit* de US\$ 4,8 bilhões. As *reservas internacionais* aumentaram US\$ 1,0 bilhão, totalizando US\$ 369,8 bilhões e a *dívida externa* somou US\$ 332,1 bilhões, diminuindo US\$ 2,3 bilhões frente ao mês anterior.

Causa

Nos últimos doze meses o *saldo da conta de transações correntes* acumula *déficit* de US\$ 51,6 bilhões nos últimos doze meses, equivalente a 2,94% do PIB. A *conta de serviços* registrou *déficit* de US\$ 1,4 bilhão no mês, com redução de US\$ 2,2 bilhões na comparação com janeiro de 2015. As *despesas líquidas de renda primária* somaram US\$ 4,3 bilhões, com acréscimo de 26,2% comparadas a janeiro de 2015.

A *conta capital e financeira* registrou entrada líquida de US\$ 4,4 bilhões. Destacaram-se no mês, o *ingresso líquido em investimentos diretos no país*, US\$ 5,5 bilhões. A *movimentação das reservas*, durante o mês de abril foi consequência, principalmente, das *linhas de recompra*, *receita da remuneração de reservas* e *variações por preço*.

Consequência

Com relação ao setor externo segue preocupante o *déficit em transações correntes*, apesar da gradual redução no *déficit da conta de serviços*, decorrente principalmente do aumento da *taxa de câmbio*.

Política Fiscal

Nota à Imprensa (Janeiro/2016) - BACEN

Fato

Em janeiro, o *setor público não financeiro* registrou *superávit* de R\$ 27,9 bilhões, considerando o fluxo de doze meses o acumulado atingiu *déficit* de R\$ 104,4 bilhões (1,75% do PIB). A *dívida líquida do setor público* alcançou R\$ 2.121,4 bilhões (35,6% do PIB), caindo 0,4 p.p. como *proporção do PIB*, em relação ao mês anterior. O montante dos *juros apropriados* atingiu R\$ 56,2 bilhões, no mês, e R\$ 540 bilhões (9,06% do PIB), em doze meses. O *resultado nominal* registrou *déficit* de R\$ 28,3 bilhões e no acumulado em doze meses, o *déficit* atingiu R\$ 644,6 bilhões, 10,82% do PIB.

Causa

Na composição do *superávit primário*, o *superávit do Governo Central* atingiu R\$ 20,9 bilhões e o dos *governos regionais*, R\$ 8 bilhões, por outro lado as *empresas estatais* tiveram *déficit* de R\$ 962 milhões. Com relação aos *juros apropriados* em janeiro, R\$ 56,2 bilhões, houve crescimento de R\$ 4,1 bilhões em relação ao total apropriado em dezembro.

Com relação à *Dívida Líquida do Setor Público* como *percentual do PIB*, a redução, no mês, foi consequência, do *superávit primário*, da desvalorização cambial e do crescimento do *PIB nominal*. Em sentido contrário a incorporação dos *juros nominais* contribuiu para o aumento.

Consequência

Apesar do superávit primário obtido no mês, os resultados do setor público ainda apontam *deterioração fiscal*. Para os próximos meses, inclusive para contribuir com o arrefecimento da inflação, é esperada maior *parcimônia fiscal*.